

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

Editorial

UM PAÍS DUAL

Um dos fenómenos mais preocupantes da realidade nacional é a concentração e a centralização excessivas do País.

Portugal é mesmo um dos países mais centralizados da OCDE, tendo em consideração os rácios das despesas e receitas das autarquias regionais e locais no cômputo global das despesas e receitas das administrações públicas. E segundo um relatório da ONU de 2001, a concentração demográfica em Lisboa, decorrente do êxodo das famílias do interior para o litoral e para as grandes metrópoles, só encontra paralelo em países como o Congo, a Mongólia ou a Guatemala.

Assim sendo, ficar quedo e mudo perante o encerramento cego de serviços de saúde, de escolas e de outros equipamentos sociais no interior do país é ser cúmplice de uma estratégia atentatória da coesão social e territorial. É ser aliado de uma visão míope de desenvolvimento sustentado e integrado do país. É ser fautor de um país injusto, desequilibrado e dual.

A isto dizemos não.
Categoricamente. Sem tibiezas.

8-Jan-08
Jorge Neto

Luís Filipe Menezes afirma



Solidariedade com a Madeira ante a «saga da perseguição» de Sócrates

Outras acções na quadra festiva

Destaques:

O “caso” dos maiores bancos portugueses

Leia em “Actividades do Presidente”, pag. 2 e seguintes

As alternativas de Constâncio – Esperam-esclarecimentos cruciais

Leia em “Actividades do PSD”, declarações do Secretário-Geral

A opinião dos outros: «O assalto ao BCP»

Artigo de opinião de João Miranda

Solidariedade com a Madeira ante a «saga da perseguição» de Sócrates

• Outras acções na quadra festiva

O Presidente do nosso Partido, embora tivesse gozado alguns dias de descanso na quadra festiva que passou, não deixou de ter diversas intervenções de carácter político até mesmo ao fim do ano, que passou na Madeira.

Na encantadora ilha atlântica, onde a noite de São Silvestre tem um esplendor próprio – todo o Mundo viu nas grandes emissoras de TV o fogo de artifício esplendoroso – e o turismo contribui decisivamente para o progresso e o rendimento, Luís Filipe Menezes, no dia 29, manifestou claramente a sua solidariedade para com o Governo da Madeira, contra os cortes orçamentais do Executivo nacional, condenando a “saga de perseguição” de José Sócrates à região.

Num encontro com jornalistas, Luís Filipe Menezes expressou a sua solidariedade ao Governo Regional em relação “àquilo que tem sido o tratamento discricionário, injustíssimo e persecutório do Governo da República em relação à Região no que diz respeito a transferências orçamentais e a opções de investimento”.

Menezes realçou que “só nos últimos tempos, no que diz respeito à comparação entre a Madeira e os Açores, esse tratamento prejudica a Madeira em mais de 200 milhões de euros”.

“Parece que o engenheiro Sócrates não digeriu a derrota humilhante que teve há meses atrás e que quer continuar esta saga de perseguição à Região, que é absolutamente lamentável e tem que ter o nosso mais veemente protesto”, disse.

Referiu também que o PSD vai continuar a “apelar ao Presidente da República” para que sejam normalizadas as relações institucionais entre a Região e o Governo da República.

Luís Filipe Menezes salientou que o Presidente da República tem chamado a atenção e tem procurado “um apaziguamento e uma



aproximação” na “querela política grave” entre a Madeira e o governo da República que, em sua opinião, “não foi causada pela Região”.

O líder nacional do PSD salientou que a sua relação com o presidente do PSD-M, Alberto João Jardim, “está pacificada há 30 anos”.

Considerou que o PSD-M “é sempre, normalmente, de uma solidariedade institucional férrea em relação ao líder nacional eleito”.

“É aquilo que tem acontecido, há dois meses, desde que fui eleito, em relação ao PSD-M e em relação ao dr. Alberto João Jardim com quem, quase semanalmente, converso”, afirmou.

Defendeu ainda uma outra visão quanto à questão do endividamento zero para as regiões autónomas “quando existem projectos de desenvolvimento que são defensáveis e quando se afere periodicamente resultados que têm a ver com investimento feito no sentido certo”.

Sobre o ano político de 2008, Luís Filipe Menezes disse que o programa

do PSD “não está parado, foi aberto”, mas que “a sua revisão não é manifestamente uma urgência”.

Luís Filipe Menezes afirmou ainda, numa entrevista publicada pelo matutino Jornal da Madeira, no dia da sua chegada ao Funchal, que “todo o PSD” irá “cerrar fileiras com o PSD/Madeira” e voltou a considerar “lamentável” a atitude do Governo da República em relação a esta região.

Em 2008, o presidente do PSD declarou que “vai continuar a trabalhar, irrepreensivelmente com o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim”.

“Vamos cerrar fileiras com o PSD/Madeira, na defesa do movimento reformista de aprofundamento da autonomia e, no curto prazo, combatendo contra o inadmissível garrote orçamental que estão a procurar impor à região”, diz Luís Filipe adiantando que “a atitude do Governo da República em relação à Madeira é lamentável, mas na esteira do seu imenso apetite de poder absoluto”.

Considera que o “retrato que o engenheiro Sócrates faz do País é de um ficcionismo perigoso”.

Sobre o PSD, Luís Filipe Menezes destaca que “as eleições directas já passaram e hoje o partido está unido e o PSD regional da Madeira sempre foi um exemplo de solidariedade institucional”.

Instado a pronunciar-se sobre a anunciada sucessão de Jardim no PSD/M, o líder nacional sustenta que “o partido na Madeira saberá, sob a liderança de Alberto João Jardim, encontrar o momento e o enquadramento ideal para uma

transição”.

“Alguém com a experiência e o curriculum de Alberto João Jardim poderá ser sempre, de acordo com a sua vontade, útil à região, e ao País. No seio do PSD será sempre uma mais valia”, opina.

Sobre os primeiros dois meses do seu mandato, Luís Filipe Menezes realça que o “PSD conseguiu voltar a liderar o debate político, obrigando o Governo e o PS a reagir defensivamente”.

O “caso” dos maiores bancos portugueses

Este encontro com a informação deu-se no Funchal, após uma reunião que manteve com Alberto João Jardim na Quinta Vigia, sede da presidência do Governo Regional da Madeira.

Luís Filipe Menezes desafiou o Governo a deixar de fora da votação para a administração do BCP a Caixa Geral dos Depósitos (CGD) e todas as empresas participadas pelo Estado.

“O Governo e o PS têm dito que não fazem pressões nem interferem na vida de um banco privado, então desafio o Governo para que a CGD, as golden-share, grupos e empresas participadas pelo Estado não participem na votação da escolha da administração do BCP. O Governo e o PS têm agora uma boa oportunidade de demonstrar que são isentos”, declarou o líder social-democrata.

Instado a pronunciar-se sobre a candidatura de Miguel Cadilhe à liderança do BCP, declarou preferir “não interferir, porque quem interfere é o PS e o Governador do Banco de





Portugal, que chamaram os accionistas para escolher uma administração. A comissão política do PSD não faz isso”.

“Está na cara, está-se a ver há muito tempo que a intenção é de haver um controlo, através quase de uma OPA informal, do BCP por parte do poder político instituído à volta do engenheiro Sócrates”, destacou.

Para Luís Filipe Menezes, esta questão “é uma matéria da vida dos portugueses que recorrem ao crédito para comprar uma casa [e das] empresas que também o fazem para financiar investimentos e projectos”.

“Eu quero as pequenas e médias empresas portuguesas livres, a terem acesso ao crédito, não quero que precisem de um cartão do PS para terem acesso ao crédito e projectarem as suas empresas. Isto é que está em causa”, opinou.

Sobre o encontro com Alberto João Jardim, apontou ter sido “uma conversa entre dois amigos”, numa “visita normal de cortesia”.

Referiu que tem seguido com “preocupação a atitude de perseguição completamente inexplicável do Governo da República em relação a esta região autónoma e a um governo legítimo em questões que têm a ver com o desenvolvimento da região e muito com a coesão nacional”.

O líder do PSD rejeitou comentar as críticas do porta-voz do PS, Vitalino Canas, de que estaria a “prestar vassalagem” a Jardim, dizendo ser uma afirmação “na esteira da má educação dos membros do partido socialista e do governo” a que já está habituado.

Também à saída de uma visita de cortesia ao seu amigo Miguel Albuquerque, presidente da Câmara Municipal do Funchal e apoiante da sua candidatura à liderança do partido, Menezes foi novamente abordado pela Imprensa, sobre o caso BCP/Caixa Geral e disse ser do “quarto mundo” a passagem de dois responsáveis “politicamente marcados” de uma instituição bancária pública para um banco privado “rival”.

Luís Filipe Menezes referia-se à saída de Carlos Santos Ferreira, Armando Vara e Victor Fernandes da administração da Caixa Geral de Depósitos para se candidatarem à liderança do BCP.

“Em relação ao BCP, independentemente de serem os accionistas a tomarem as decisões, é

bizarro que, numa economia de mercado escorregia que dois dos principais responsáveis marcados politicamente de uma instituição financeira estatal que lidera o mercado, passem para o banco rival no mesmo dia”, afirmou Luís Filipe Menezes.

“Isto só acontece em economias de mercado do ‘quarto mundo’”, referiu Menezes. O líder do PSD defendeu ainda que em muitas circunstâncias “até deveriam existir regras que impedissem que isso acontecesse, na medida em que essas personalidades, independentemente do seu valor técnico, mas muito marcadas politicamente, levam atrás de si carteiras de clientes, know-how estratégico, algo de inaceitável do ponto de vista da concorrência”.

Menezes anunciou ainda que o PSD vai chamar ao Parlamento o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio para “explicarem se tiveram ou não conhecimento de alguns dos factos” relacionados com “a gestão bancária de alguns administradores do BCP” em 2004.

Nesse ano, Constâncio já era governador do Banco de Portugal e Teixeira dos Santos era presidente da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM).

Sobre a nomeação do ex ministro e militante do PSD, Faria de Oliveira, para presidente da CGD, Luís Filipe Menezes lembrou que “em Portugal, com a superintendência do sistema financeiro do Banco de Portugal e com um banco público com o peso que tem a Caixa Geral de Depósitos, há uma tradição a ser respeitada que é haver, pelo menos do ponto de vista simbólico, um equilíbrio de poderes entre estas duas instituições”.

“Sempre foi assim no passado, sempre deve ser assim no futuro”, disse, contrapondo que não lhe interessa “a conversa do Bloco Central”, “trata-se apenas de sensatez”.

O líder nacional do nacional comentou ainda a reacção de alguns ministros à sua posição na questão das lideranças do BCP e da CGD, afirmando que as declarações que lhe foram dirigidas são “algo a que, em 30 anos” nunca assistiu “do ponto de vista de má educação, de insulto, de insolência e de arrogância intolerável numa democracia em que todos nos devemos respeitar uns aos outros”. –

Fontes: Povo Livre, Gab. Imp. PSD/Madeira,

No início do ano

Menezes solidariza-se com protestos ao fecho de algumas urgências: “O PSD faria diferente...”



O líder social-democrata iniciou as suas actividades na quinta-feira, em Anadia, ao solidarizar-se com os populares que protestam contra o fecho da urgência e dizer-lhes que o PSD “faria diferente” a reforma da saúde.

“O PSD tem abertura para discutir estes assuntos. Não venho aqui incendiar os ânimos, nem dizer às pessoas que façam barulho. O que venho dizer é que o PSD faria diferente”, declarou Luís Filipe Menezes.

Para o líder do PSD “não se podem impor unilateralmente medidas como o fecho das urgências, antes da população sentir o efeito de mudanças que façam com que tenham acesso fácil ao seu médico e façam cair o número de pessoas que se socorrem das urgências”.

“O que está a ser desenvolvido não faz sentido. Sabemos que muitas destas urgências servem para resolver fundamentalmente problemas de cuidados de saúde primários. No caso de Anadia, registam-se cerca de 40 mil atendimentos por ano, o que significa que são situações que os cuidados de saúde primários não resolvem”, comentou.

Segundo Luís Filipe Menezes “medidas como o encerramento de serviços de urgência não aparecem apoiadas por soluções alternativas”, pelo que enquanto não houver soluções para as pessoas terem os cuidados primários adequados, não deviam avançar.

O líder do PSD referiu-se ainda à morte de uma idosa ocorrida terça-feira na urgência do Hospital de Aveiro, para afirmar que “a urgência a juzante tem de funcionar melhor”.

“O que aconteceu demonstra que

os serviços não estão preparados para estas mudanças bruscas”, declarou, admitindo, no entanto, que o caso não esteja relacionado com o encerramento de outras urgências hospitalares.

O presidente do PSD acabaria por qualificar o fim de serviços de urgência como “um disparate total”, colocando-se, neste caso, ao lado dos contestatários em Anadia, um movimentos que tem no presidente da câmara Litério Marques (PSD) e em José Paixão, um quadro do PCP, os seus rostos mais activos.

Um dos muitos cartazes empunhados apelava ao presidente do Governo Regional da Madeira que goza de muita popularidade em terras baírradinas. “Alberto João, vem ao Contente dar duas chapadas nestes gajos” lia-se.

O líder social-democrata até confessou ter mostrado “comiseração e abertura” aquando do anúncio das reformas da saúde, não fosse a deriva para o “disparate total” e “imposições unilaterais”.

“O Governo do PSD faria de forma diferente, não fecharia urgências que no quotidiano as pessoas sentissem a falta delas”, repetiu.

Por isso, “o ministro deveria suspender estas decisões, consultar os autarcas e populações, concertar posições e depois tomar medidas de fundo que resolvam os problemas do Serviço Nacional de Saúde”, recomendou.

Além da falta de comunicação adequada, criticou a ausência de cuidados de saúde alternativos. “Quer como cidadão quer como político ou médico, tenho de ter abertura para discutir soluções tecnicamente sustentáveis e que possam fechar um



ou outro serviço, contudo todas estas decisões ultrapassam o limite do razoável”, referiu.

Para Luís Filipe Menezes, as urgências sublinham “a falência do Serviço Nacional de Saúde” e os encerramentos deveriam ser complementados com cuidados de saúde primários, nomeadamente médicos de família e garantias de alternativas próximas e transportes garantidos a qualquer hora de real necessidade. – Fontes: Povo Livre, RTP 1

Um governo arrogante e prepotente procura dominar e controlar todos os aspectos da vida nacional



Ainda antes do Natal, o líder social-democrata denunciou, à entrada para uma iniciativa da JSD, que decorreu na sede do PSD/Porto, que “a máquina socialista” tem “apetite” pelo BCP, uma instituição que se prepara para eleger uma nova administração, e sugeriu (como exemplo de perfil) Miguel Cadilhe para a liderança da Caixa Geral de Depósitos.

“Já não chega a tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), colocada completamente ao serviço do projecto socialista, como agora o apetite já está no BCP”, afirmou Menezes aos jornalistas,

Para Menezes, “sob a capa da lógica do funcionamento da economia do mercado”, assiste-se “a um processo que deixa muitas dúvidas sobre uma eventual tentativa de um controle envidado da máquina socialista de uma das instituições financeiras privadas mais independentes que existia em Portugal”.

Menezes comentava assim a situação que vive o BCP. Alguns dos principais accionistas do BCP reuniam-se nesse dia (22) para tentar encontrar uma solução de liderança forte para o banco, que pode passar por Carlos Santos Ferreira, actual presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), que já apresentou a sua demissão da Caixa e se prepara

para levar consigo mais dois administradores, dos quais Armando Vara, tinha sido, à sua entrada para a Caixa, uma nomeação considerada verdadeiramente política, dado o seu currículo, vacante de gestão bancária e a sua amizade e ligação estreita a Sócrates.

Luís Filipe Menezes considerou que Cadilhe ou alguém com o seu perfil “seria um grande presidente da CGD”, afirmando que “está na altura de o Governo nomear para presidente da CGD uma personalidade próxima da área do maior partido da oposição”.

“Era aquilo que o PSD quando estava no poder fazia. Cavaco Silva fez isso numa lógica ética de equilíbrio de poder. Espero que agora não haja o apetite de controlar tudo e todos”, sustentou.

substantivas nos valores apresentados pelo executivo de José Sócrates, nomeadamente no valor do défice apurado pelo Governo.

“Se se dissesse de um governo do PSD o que o TC diz das contas públicas caía o Carmo e a Trindade e já havia quem estivesse a pedir eleições antecipadas, porventura”, disse Menezes.

O líder do PSD considerou que este relatório do TC, bem como os outros recentemente revelados sobre o Serviço Nacional de Saúde e as Estradas de Portugal revelam “aquilo que já se sabia”.

“Não é de espantar que os resultados da governação em termos da diminuição do poder de compra das pessoas, de desemprego, sejam os que são”, frisou.

Menezes reafirmou que gostaria de dismantlar o peso do Estado e que combate para derrotar o PS nas eleições de 2009.

“Este líder combate para derrotar o PS em 2009 e uma das questões fundamentais é, de facto, acabar com o enorme peso do Estado, não é dismantlar um Estado, porque queremos um Estado forte, mínimo, regulamentador, eficaz, e não um Estado que quer controlar o QREN, a CGD, o BCP, que quer controlar tudo”, concluiu Menezes.

O líder social-democrata considerou ser mais fácil vencer o PS nas eleições de 2009, do que nas seguintes, “porque o enorme apetite que o poder socialista tem pelo controlo do Estado torna cada vez mais difícil combater com armas iguais o PS, à medida que o tempo vai passando e a posse do poder torna cada vez mais absoluta e diversificada”.

O Presidente da República recebeu em audiência o Presidente do Partido Social-Democrata - Menezes prevê “ano difícil para a democracia portuguesa” em 2008



O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, alertou hoje que 2008 “será um ano difícil para a democracia portuguesa” e prometeu fazer uma “oposição responsável” e sem radicalismo.

“É uma situação que obriga a uma cooperação leal de todos os órgãos de soberania”, afirmou o líder social-democrata após uma audiência de quase uma hora com Cavaco Silva, no Palácio de Belém, em Lisboa.

Para Filipe Menezes, 2008 “vai ser um ano difícil para a democracia portuguesa” prevendo que o país vai ressentir-se “do final da presidência portuguesa da União Europeia”.

“Fazer oposição é sempre um acto de coragem e de responsabilidade”, acrescentou Menezes, garantindo que o partido que lidera “não terá atitudes radicais”.

O líder dos sociais-democratas elogiou ainda Cavaco Silva como Presidente, dizendo que “está a cumprir rigorosamente o seu programa eleitoral”.

A forma como Cavaco está a exercer o cargo permite “uma nova leitura do sistema semi-presidencial”, provando que “a instabilidade do passado” não tinha relação directa com o sistema em si, mas sim com a forma como era exercido.

“Estamos totalmente satisfeitos e elogiamos o comportamento do senhor Presidente da República”, afirmou Luís Filipe Menezes.

Na ceia de Natal do PSD, em Viana do Castelo, o Presidente acusa o Executivo de estar “a ir longe de mais” ao querer “controlar o sistema financeiro em Portugal”

O líder do PSD apelou sábado (dia 23 de Dezembro) ao Governo para “não ter o descaramento de voltar a nomear alguém marcadamente socialista” para liderar a Caixa Geral

de Depósitos, após a anunciada saída de Carlos Santos para o BCP.

Segundo Luís Filipe Menezes, “era de bom senso” que, “numa lógica ética de equilíbrio de poder”, para a liderança da Caixa fosse escolhida uma personalidade “oriunda do maior partido da oposição”.

Falando em Viana do Castelo, no decorrer de uma Ceia de Natal promovida pelo PSD local, Menezes repetiu críticas ao Governo, que formulou durante a tarde, acusando o Executivo de Sócrates de estar “a ir longe de mais” ao querer “controlar o sistema financeiro em Portugal”.

No Porto, durante a tarde, Menezes denunciou que “a máquina socialista” tem “apetite” pelo BCP, que é o maior banco privado português e que se prepara para eleger uma nova administração.

“Já não chega a tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), colocada completamente ao serviço do projecto socialista, como agora o apetite já está no BCP”, afirmou Luís Filipe Menezes.

Para o líder do PSD, “sob a capa da lógica do funcionamento da economia do mercado”, assiste-se “a um processo que deixa muitas dúvidas sobre uma eventual tentativa de um controlo enviesado da máquina socialista de uma das instituições financeiras privadas mais independentes que existia em Portugal”.

“Isso seria inacreditável, e nós não aceitamos, porque se trata de um problema de liberdade, que tem a ver com a qualidade da nossa democracia”, referiu Menezes.

No seu discurso, o presidente do PSD formulou ainda votos para que José Sócrates tenha o mesmo destino dos três primeiros-ministros dos países onde foram assinados os anteriores tratados europeus, que duraram apenas um ano e meio nos respectivos governos.

“Esses três primeiros-ministros duraram no Governo um ano e meio, e espero que esse venha a ser o destino do primeiro-ministro José Sócrates”, referiu.

“É altura de [José Sócrates] descer à terra”, disse Menezes, frisando que hoje “ninguém se lembra dos nomes” daqueles que eram os primeiros-ministros da Holanda, França e Itália quando estes países foram palco da assinatura dos tratados de Maastricht, Nice e Roma.

Menezes acusou ainda Sócrates de contrariar todas as “marcas enfáticas” da sua campanha eleitoral, como o não aumento dos impostos ou a não cobrança de portagens nas SCUT's e apelou à união do PSD para o partido “voltar ao poder” já em 2009.

No mesmo dia, em Vila Nova de Gaia, o líder do PSD considerou hoje “muito grave” a actual situação do BCP, afirmando tratar-se de “uma OPA informal com uma lógica político-partidária” sobre o maior banco privado português.

“Estamos claramente perante uma situação muito perigosa, em que há



uma OPA [Operação Pública de Aquisição] informal com uma lógica político-partidária daquele que é o maior banco privado português”, afirmou Menezes aos jornalistas esta manhã, à margem de uma cerimónia na Câmara de Gaia.

O também presidente da Câmara Municipal de Gaia disse que “somando a Caixa Geral de Depósitos ao BCP passaria a haver uma capacidade, impensável em democracia, de influenciar a sociedade portuguesa”.

O líder social-democrata frisou, contudo, estar “preparado para tudo”, acrescentando “não estranhar” se também o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, conseguir acumular um lugar no banco.

“Também se fala na transferência

de Armando Vara (administrador da CGD) surgem como solução para resolver a crise do BCP.

“É uma situação muito grave e o PSD vai usar todos os instrumentos que tem ao seu alcance para averiguar qual foi o comportamento do Banco de Portugal ao longo dos anos neste processo e como é que se chegou a esta solução”, frisou.

O líder do PSD quer saber como é que um processo como este “andou a dar passos sucessivos no Banco de Portugal durante muitos anos sem nada ter acontecido e agora, de um dia para o outro, quem conviveu eventualmente com irregularidades e com situações menos transparentes vem colocar um ponto final, numa altura em que é possível construir uma

ventura, para se ter crédito, para se ser apoiado, é preciso ter o cartão do PS em Portugal”, referiu.

O Banco de Portugal “durante sete anos” nada fez para fiscalizar o BCP e agora encontramos-nos perante a actual situação, propiciando a eventual nomeação de administradores próximos do PS, que “gera a maior das desconfianças”.

Luís Filipe Menezes desafiou “todos os que têm responsabilidades políticas em Portugal a levantar a sua voz”, para que seja averiguado como é que nomes como o de Santos Ferreira (presidente da Caixa Geral de Depósitos e apontado como eventual candidato à presidência do BCP) e de Armando Vara (administrador da CGD e que alguma comunicação social indica como futuro vice-presidente de Santos Ferreira) surgem como solução para resolver a crise do BCP.

O presidente do PSD afirmou que logo a seguir ao Natal e ao Ano Novo o grupo parlamentar do partido irá levantar a questão na Assembleia da República.

“É uma situação muito grave e o PSD vai usar todos os instrumentos que tem ao seu alcance para averiguar qual foi o comportamento do Banco de Portugal ao longo dos anos neste processo e como é que se chegou a esta solução”, frisou.

Visita a um internato para 28 crianças órfãs e de famílias desestruturadas, em Sermonde (Gaia)

Luís Filipe Menezes falava aos jornalistas à margem de uma visita à Tenda do Encontro, uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) ligada à Igreja que opera em Sermonde, Gaia, um internato para 28 crianças órfãs e de famílias desestruturadas.

O autarca criticou o Governo por pretender retirar à Igreja



de Armando Vara, já nada me espanta, se calhar o ministro das Finanças poderá acumular. Já estou preparado para tudo”, disse.

Luís Filipe Menezes desafiou “todos os que têm responsabilidades políticas em Portugal a levantar a sua voz”, para que seja averiguado como é que nomes como o de Santos Ferreira (presidente da Caixa Geral de Depósitos e candidato à presidência do

grupo parlamentar do partido irá levantar a questão na Assembleia da República.

“É uma situação muito grave e o PSD vai usar todos os instrumentos que tem ao seu alcance para averiguar qual foi o comportamento do Banco de Portugal ao longo dos anos neste processo e como é que se chegou a esta solução”, frisou.

O PSD alerta também todos os accionistas [do BCP] e toda a economia portuguesa, empresários, para uma situação futura em que, por

responsabilidades nesta área, nomeadamente no que toca à livre escolha dos pais nas actividades extracurriculares dos seus filhos, numa altura em que “alguns” centros de Actividades de Tempos Livres (ATL) de IPSS “vivem com bastantes dificuldades” ou “encerraram”.

A posição de Luís Filipe Menezes nesta área coincide com a da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) que visa a livre escolha dos pais nas actividades extracurriculares dos seus filhos.

Menezes critica novo programa de apoio ao arrendamento jovem “Porta 65”

Na sua qualidade e presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Menezes, criticou hoje o programa “Porta65” de apoio ao arrendamento jovem, considerando que o anterior “financiava de uma forma mais correcta e generosa”.

“Só rendas de casa na ordem dos 70 ou 80 contos (350/400 euros) são susceptíveis de serem financiadas. O anterior programa estava muito mais de acordo com o mercado de arrendamento”, afirmou Menezes esta manhã, durante a cerimónia de entrega das chaves de 48 habitações sociais a famílias carenciadas do concelho.

O ataque ao programa “Porta65” surgiu na sequência de outras críticas feitas à Lei das Finanças Locais, que impõe limites de endividamento.

“Lastimamos que no presente as políticas do Estado tenham poucas preocupações sociais”, afirmou Menezes, acrescentando que Gaia, por exemplo, precisava de mais umas centenas de fogos de habitação social para dar resposta aos problemas existentes no concelho.

O autarca lembrou às famílias que hoje receberam chave, que foi com dinheiro dos contribuintes que se construíram estas habitações sociais, pedindo-lhes que estimem a sua casa nova.

“As casas não são do presidente, nem da Câmara, nem do Estado, são nossas e de todos aqueles que com os seus impostos as pagaram”, afirmou.

O líder do PSD salientou preferir aplicar o dinheiro dos impostos dos contribuintes em equipamentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas, como na construção de habitação social ou saneamento básico.

“São equipamentos construídos com dinheiro dos contribuintes, que pode ser canalizado para casas ou para desperdício, ou seja, investimentos que nada têm a ver com a necessidade dos cidadãos”, sustentou.

O vice-presidente da Câmara, Marco António Costa, aproveitou a ocasião para criticar o Governo por ainda nada ter feito relativamente à reabilitação da urbanização Vila D’Este.

“O Governo prometeu financiar a



reabilitação desta urbanização e até agora aconteceu zero”, disse, “e perspectivamos que isto se vá manter no próximo ano e meio”.

Marco António Costa afirmou ser lastimável que “o Governo não tenha 200 milhões de euros para financiar no país todo a habitação social quando fala em milhões de euros para a Ota e o TGV”.

O PSD e a localização do Aeroporto Internacional

O líder do PSD afirmou no fim do ano passado, que o PSD realizou estudos e ouviu técnicos e personalidades ligadas à área das obras públicas para defender a localização do novo aeroporto de Lisboa na margem Sul, designadamente em Alcochete.

“Nós próprios fizemos estudos, temos técnicos muito qualificados, reunimos com todos os ministros das Obras Públicas dos últimos 20 anos, secretários de estado, administradores de empresas de transportes e fizemos a nossa decisão baseada em relatórios internos”, disse Menezes aos jornalistas, à entrada para uma iniciativa da JSD, a decorrer na sede do PSD/Porto.

Segundo o líder social-democrata, “não era preciso esperar mais tempo” para divulgar o que defende o partido relativamente à localização do novo aeroporto de Lisboa.

Em conferência de imprensa, o porta-voz do PSD para as Obras Públicas, Jorge Costa, afirmou esta manhã que o partido defende a margem Sul, designadamente Alcochete, como o local ideal para o novo aeroporto de Lisboa.

Para o PSD, o novo aeroporto deve, contudo, coexistir com a Portela o máximo de tempo possível.

Segundo Luís Filipe Menezes, o novo aeroporto deve também ele ser construído de forma “faseada”, de acordo com as disponibilidades financeiras do país e de acordo com a procura.

“A procura não é fácil de prever na medida em que tem aumentado quase exclusivamente à base das low costs”, sustentou.

O líder social-democrata considerou ainda que a evolução do

negócio das companhias aéreas de baixo custo “é imprevisível”, sendo por isso necessário “cautela”.

Pluralismo e democraticidade das opiniões dentro do PSD

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, “normal” que dentro do seu partido “democrático” haja quem defenda a realização de um referendo ao Tratado de Lisboa.

Menezes comentava a afirmação do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, que, em entrevista publicada hoje no Jornal da Madeira, disse defender a realização de um referendo ao Tratado de Lisboa e que votaria “sim” nessa consulta popular.

Para Menezes, “é normal” nos partidos democráticos existirem diferentes posições.

“Não é nada estranho”, frisou, acrescentando que também a JSD defende que o tratado seja referendado.

Segundo referiu, o PSD é um partido democrático, aberto, e é assim que deve ser, contudo, a posição maioritária do partido defende a ratificação parlamentar do Tratado de Lisboa e é esta que deve ser política adoptada pelo Partido.

“O Dr. Alberto João Jardim tem essa posição há muito tempo. Não é novidade nenhuma, é a posição que sempre defendeu nos órgãos próprios do partido”, afirmou o líder social-democrata, que falava aos jornalistas à margem de um encontro da JSD, no Porto.

Na entrevista, Alberto João Jardim defende que votaria “sim” nesse referendo porque acredita que o Tratado “acautela os direitos das regiões Ultraperiféricas, consagrando princípios essenciais, como o da subsidiariedade, coesão social e económica”.

Menezes visita Centro Social da Musgueira e apela ao Governo para que tome “opções orçamentais mais generosas”

O Presidente, em vésperas do Natal passado, visitou o centro Social da Musgueira e durante a visita apelou ao

Governo para que tome “opções orçamentais mais generosas”.

“Há uns dias foram anunciadas medidas no sentido de avançar com creches novas nos próximos anos para cerca de 15 mil crianças portuguesas, somente cinco por cento das necessidades a curto-prazo.”

“Julgo que existem instrumentos, independentemente das nossas

dificuldades orçamentais, para fazer opções bem mais generosas”, considerou.

Menezes frisou que “bastaria não se ter perdido no negócio ruidoso no Brasil 100 milhões de euros nas Águas de Portugal e em vez de 230 creches poderiam ser construídas 500, nos próximos dois anos”.

A perguntas sobre assuntos partidários, voltou a afirmar que o partido não está “dividido em relação à ratificação parlamentar ao Tratado de Lisboa”, negando que a maioria dos deputados seja favorável ao referendo.

“Não é verdade que a maioria dos deputados defende o referendo, ainda ontem [quinta-feira] o grupo parlamentar do PSD reuniu-se e decidiu que aprovaria a posição da direcção do Partido”, declarou Menezes aos jornalistas.

Reiterando que “a maioria do grupo parlamentar do PSD defende a posição da direcção do Partido”, esclareceu que o facto de deputados com posições respeitáveis não o defenderem “como no PS, com Mário Soares defende o referendo e outros, como António Costa, que são contra o referendo”, não é motivo para transformar “minorias em maiorias”.

Menezes disse ainda que no seu partido “há liberdade de expressão e disciplina de voto”.

Instado a comentar o alargamento do espaço Schengen, disse tratar-se de algo “importante para a construção de uma Europa mais livre, de uma Europa com uma cidadania mais afirmada, mas é uma vitória da Europa, não é uma vitória de Portugal”.

“Não faz sentido numa época destas pegar permanentemente em questões que têm a ver com a presidência portuguesa para tentar tirar dividendos do ponto de vista de política interna.

“E estou bem mais preocupado com os jovens desempregados, com o desemprego acrescido em Portugal, com os pobres, com as dificuldades nas cinturas suburbanas das grandes cidades do que no sentido de, como Sócrates, fazer ‘festa, atirar foguetes e apanhar as canas’ em matérias que me satisfazem no sentido de uma construção da Europa”, concluiu. – **Fontes: Povo Livre, Gab. Imp. PSD/Madeira, Lusa, DN, TSF**

O Secretário-Geral afirma: Constâncio, ou presta esclarecimentos cabais sobre o BCP ou deve demitir-se

O secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, afirmou na sexta-feira que o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, deve prestar esclarecimentos até dia 15 sobre a averiguação das operações financeiras do BCP ou sair do cargo.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, Ribau Esteves lembrou que o grupo parlamentar social-democrata requereu a audição urgente do governador do Banco de Portugal na Comissão de Orçamento e Finanças.

Isso deve acontecer “antes do dia 15 de Janeiro, dia da Assembleia-Geral eleitoral do BCP”, defendeu.

“Se não quiser prestar esclarecimentos no tempo e no local devido, tem a outra solução, que é escolha dele: Inibir-se de intervir quer neste quer em qualquer outro processo”, acrescentou, precisando depois que isso “significa sair do cargo” de governador do Banco de Portugal.

De acordo com o secretário-geral do PSD, “Vítor Constâncio, que tem anunciado processos de verificação de idoneidade de pessoas ligadas à gestão da banca portuguesa, tem a sua própria idoneidade técnica e de rigor



profissional profundamente atingida, pelo que tem de mudar de atitude intervindo nesta questão de forma incisiva e rápida, prestando os devidos esclarecimentos”.

Ribau Esteves afirmou ainda que o Governo, nomeadamente através do ministro das Finanças, deve dar explicações com urgência sobre os empréstimos concedidos pela CGD para a compra de acções do BCP.

Ribau Esteves referia-se a notícias “sobre processos de financiamento pela

Caixa Geral de Depósitos (CGD), a personalidades conhecidas no meio da finança, para a compra de acções do Banco Comercial Português (BCP) no valor de cerca de 500 milhões de euros”.

“Estas notícias exigem do responsável máximo do Governo, nomeadamente do ministro das Finanças, uma explicação cabal e urgente, clarificando de uma vez por todas o que está por trás destas situações anómalas”, defendeu.

“Estas circunstâncias não parecem

claras e muito menos éticas, mas o PSD, ao contrário do que tem feito o senhor governador do Banco de Portugal, não faz julgamentos prévios sem a devida audição dos visados”, acrescentou.

O secretário-geral do PSD disse que a falência de algumas empresas poderia ter sido evitada “se alguns dos empréstimos concedidos pela CGD à aquisição de acções do BCP tivessem sido dirigidos para a economia real”.

Embora reservando para mais tarde “juízos de valor completos”, Ribau Esteves considerou que esta “não é uma operação normal, é uma situação anómala” e “é ainda mais grave pelo facto de o até agora responsável máximo da CGD, acompanhado por outro administrador, ser candidato a responsável máximo do BCP”.

“Exigimos explicações”, declarou.

Sobre a saída de Santos Ferreira da CGD para se candidatar a presidente da administração do BCP e o financiamento da compra de acções do BCP pela CGD, o secretário-geral questionou “se são coincidências, se são estratégias, se são acções concertadas ou não, se é verdade, se é ou não exactamente assim”. – **Fonte: Lusa**

PSD afirma que responsáveis por ilícitos no BCP “devem ser punidos” e pede esclarecimentos sobre comportamento das autoridades de supervisão da altura

O PSD concorda com o princípio de que os responsáveis por ilícitos no BCP “devem ser punidos do a quem doer”, mas afirma que deve também ser esclarecido o comportamento das autoridades de supervisão da altura.

Mário Patinha Antão, dirigente do PSD para as questões económicas, sublinhou hoje que “é preciso apurar não só se houve actos ilícitos [no BCP], mas também como é que as autoridades de supervisão actuaram”.

O Ministro das Finanças afirmou hoje em conferência de imprensa, no intervalo do Conselho de Ministros informal, que os culpados de ilícitos criminais devem ser punidos “do a quem doer” e demarcou-se de recentes críticas à CMVM e Banco de Portugal, considerando “injustificável” que se “procure fragilizar essas instituições”

e manifestando-lhes “apoio e confiança”.

Patinha Antão recordou que os responsáveis das autoridades de supervisão do período 2001/2004, em que alegadamente terão ocorrido ilícitos no BCP, eram o actual Ministro das Finanças, então presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), e o governador do Banco de Portugal, que já desempenhava as funções na altura.

O dirigente do PSD afirmou em conferência de imprensa que Vítor Constâncio e Fernando Teixeira dos Santos, como responsáveis à data das duas autoridades de supervisão, devem prestar esclarecimentos ao povo português através da Assembleia da República, o local próprio, porque aquelas entidades estão sujeitas à

fiscalização do Parlamento.

Para Mário Patinha Antão, o governador do Banco de Portugal tem de dar explicações não só porque existem preocupações, que vêm reflectidas na comunicação social, de que a supervisão tenha sido negligente ou passiva, mas também “terá de explicar a iniciativa aparentemente inadequada” de chamar os accionistas do BCP com participações qualificadas.

O dirigente do PSD disse que a comunicação de Vítor Constâncio aos accionistas de que os administradores considerados culpados poderiam vir a ser inibidos do exercício de funções de administração “é uma ingerência que é inadequada”, porque os accionistas dispõem de toda a informação relevante.

Patinha Antão afirmou na conferência de imprensa que alegadamente vários accionistas que promoveram a lista para a gestão do BCP encabeçada por Santos Ferreira obtiveram crédito da Caixa Geral de Depósitos para comprarem acções do BCP.

Para aquele responsável do PSD, “o Governo não só não se preocupa com a saída dos doutores Santos Ferreira e Armando Vara [da Caixa Geral de Depósitos], como parece patrocinar essa transferência” para gerirem os destinos do BCP.

Patinha Antão disse que a autoridade de supervisão “tem de explicar se a concessão destes créditos está ou não relacionada com uma estratégia para estes accionistas assumirem o controlo do BCP”.



O PSD considera que “estas práticas não são aceitáveis numa economia de mercado” e que estão a criar nos mercados financeiros internacionais “perplexidades e apreensões” que “estão a deteriorar a imagem do sistema financeiro nacional”.

Patinha Antão reclama que o governador do Banco de Portugal se disponibilize para ir “com a maior urgência” à Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças para “explicar



com o maior detalhe a posição do Banco de Portugal” sobre este assunto.

Comentando as afirmações do Ministro das Finanças sobre as perspectivas da economia portuguesa, Patinha Antão considerou que “o discurso optimista do ministro para 2008 é um discurso que as famílias e empresas não subscrevem”.

O dirigente do PSD recordou que os últimos dados do INE reflectem um aumento do pessimismo e que a confiança das famílias “regrediu ao nível de 2003”.

Para o responsável, este optimismo “é especialmente preocupante porque revela que o governo não tenciona mudar em nada as suas políticas económicas para actuar sobre o crescimento e o desemprego”.

“O governo denota teimosia porque não quer reconhecer que, em parte, as perspectivas mais desfavoráveis para 2008 se devem a erros de política económica”, acrescentou.

Patinha Antão considerou que a estratégia orçamental e a política económica do governo “estão erradas desde o início porque assentaram no aumento brutal da carga fiscal”, que “não só era desnecessário como injusto” e tem vindo a penalizar o crescimento económico e o emprego.

O dirigente do PSD sustentou que esta situação “vai, por sua vez, dificultar cada vez mais a redução do défice orçamental”, defendendo que Portugal precisa de novas políticas orçamental e económica porque estas “estão manifestamente a conduzir o país por mau caminho”. - Fonte: Lusa

Faria de Oliveira, na CGD, corresponde ao perfil sempre desenhado pelo PSD

Nos últimos dias do ano findo, o PSD congratulou-se com a escolha de Faria de Oliveira para presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), afirmando ter contribuído decisivamente para “travar” a eventual escolha do PS para o cargo de uma personalidade afecta ao partido do Governo,

“Cumriu-se assim a tradição de não serem pessoas do partido do Governo a ocupar simultaneamente a presidência da CGD e o governo do Banco de Portugal”, afirmou o vice-presidente do PSD, Rui Gomes da Silva, numa conferência de imprensa na sede do partido, em Lisboa.

“É uma regra tácita, mas que sempre existiu”, assinalou.

“Foi por intervenção do PSD e do seu líder – que o PS tentou vestir de roupagens meramente partidárias e falsas – que hoje não estamos a assistir à nomeação de um presidente da CGD pertencente ao PS ou de um futuro ex-membro do actual Governo”, afirmou o dirigente social-democrata, numa referência à eventual escolha do ministro da Economia, Manuel Pinho.

Na semana passada, Gomes da Silva já considerara “imoral” a hipótese de Manuel Pinho vir a ser escolhido para suceder a Carlos Santos Ferreira à frente do banco do Estado.

Para o vice-presidente social-democrata, Faria de Oliveira “é uma pessoa competente, tem capacidade e experiência na área financeira e da banca e é um quadro da Caixa Geral de Depósitos”.

Além disso, o ex-ministro de Cavaco Silva “corresponde ao perfil que o PSD sempre assumiu como ideal”, concluiu Rui Gomes da Silva.

Gomes da Silva admitiu esta semana que alguém do PS fosse para a CGD se o socialista Vítor Constâncio deixasse de ser governador do Banco de Portugal, tendo hoje afirmado compreender por que motivo o Governo optou por não fazer essa mudança.

Em declarações à Lusa, o dirigente do PSD acusou Vítor Constâncio de ser a “almofadinha” do Governo “para disfarçar os resultados negativos” do executivo socialista.

“Vítor Constâncio vai ser necessário nos próximos tempos para amortecer os resultados económicos negativos e ampliar os parcos resultados do Governo”, disse.

O PSD, segundo Gomes da Silva, promete insistir nas audições parlamentares do governador do Banco de Portugal e do ministro das

Finanças sobre operações de crédito do BCP de 2004, agora consideradas “à margem das leis”, para apurar quais foram as suas responsabilidades.

Em 2004, Constâncio já era governador do Banco de Portugal e Teixeira dos Santos era presidente da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM).

Para Gomes da Silva, “ou sabiam dos factos e isso é grave ou não sabiam e então há incompetência”.

Fernando Faria de Oliveira, antigo ministro e ex-dirigente do PSD e actual presidente da CGD em Espanha, foi o

dessa dimensão” e “que seja uma pessoa consensual dentro da CGD”.

“Depois há um critério político: O presidente da CGD não deve ser do partido do governador do Banco de Portugal quando o governador do Banco de Portugal é também do mesmo partido do Governo”, acrescentou.

Segundo Rui Gomes da Silva, se Vítor Constâncio se mantém ou não e, consequentemente, se entra ou não alguém próximo do PS para a CGD “é uma opção do Governo”.

“Nessa não interferimos, como não



nome escolhido pelo Governo para presidir ao banco, anunciou hoje Teixeira dos Santos.

A posição do PSD quanto ao BP e à CGD já vinha de longe...

O PSD já tinha insistido, logo após o Natal, para que o Governo não escolha alguém da sua cor política para presidente da CGD, embora admitindo que o escolhido seja do PS, na condição de Vítor Constâncio sair do Banco de Portugal.

Em conferência de imprensa, na sede do partido, o vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva declarou que “se o Governo quiser tirar o dr. Vítor Constâncio e meter outra pessoa a governador do Banco de Portugal, aí estará porventura livre de nomear uma pessoa do PS para a CGD”.

O dirigente social-democrata traçava o perfil desejado pelo PSD para a presidência da Caixa Geral de Depósitos (CGD): Alguém com “competência técnica na área bancária e financeira”, com “capacidade reconhecida para dirigir um banco

admitimos que o PS interfira nas posições do PSD”, afirmou.

De acordo com Gomes da Silva, o PSD “não defende nenhum nome em concreto” para presidente da CGD.

Na conferência de imprensa, Rui Gomes da Silva respondeu à acusação de que Luís Filipe Menezes tenta “meter cunhas” para a escolha de um social-democrata para a CGD, feita hoje pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira.

“A frase do senhor ministro da Presidência é ‘meter cunhas em público’. A única forma transparente que nós conhecemos é falar em público, defender ideias em público, anunciar o nosso pensamento, a definição de uma estratégia política em público. O senhor ministro diz que o líder do PSD mete cunhas em público, não, o líder do PSD defende posições de princípio em público”, reagiu Gomes da Silva.

“Porventura o senhor ministro estará mais habituado a meter cunhas em privado, não sei”, sugeriu.

Segundo Rui Gomes da Silva, “porventura o senhor ministro estará mais habituado a movimentar-se e a

meter cunhas em privado, domina e prefere os corredores do poder em detrimento do confronto transparente no palco democrático”.

“A democracia, é bom recordar, nomeadamente ao senhor ministro da Presidência, exige transparência e impõe que as cartas se joguem em cima da mesa e não em jogos de corredores”, defendeu.

“Entendemos que a concentração de poderes num só partido não dá bons resultados. Mais uma vez apelamos a que o Governo na nomeação da CGD respeite a tradição que vem desde o 25 de Abril: Quando o Governo é de uma cor política a presidência da CGD ou o governador do Banco de Portugal não pertença ao partido que está no Governo”, resumiu.

Essa “tradição”, alegou, foi respeitada nos anteriores governos de Pedro Santana Lopes, Durão Barroso, António Guterres e Cavaco Silva e não deve ser interrompida agora.

O vice-presidente do PSD acusou o PS de querer “controlar tudo e todos, sem excepção e sem qualquer vergonha”, desde a comunicação social aos magistrados e “vem agora tentar controlar o sistema financeiro, nomeadamente a CGD”.

“Este PS não tolera de facto a existência de oposição. Ao violar os princípios de equilíbrio que visam evitar a excessiva e abusiva concentração de poderes, o PS desrespeita a democracia”, sustentou.

Audições parlamentares a responsáveis financeiros

O PSD anunciou que vai pedir com urgência audições parlamentares do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sobre as operações do BCP analisadas em 2004.

Ainda na mesma conferência de imprensa, na sede do partido, o vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva referiu que as operações de crédito do BCP agora consideradas “à margem das leis” ocorreram em 2004.

Para o PSD poderá ter havido na altura “total incompetência de quem fez a análise desses mesmos factos” ou estes poderão ter sido omitidos, “o que é grave”.

Em 2004 Vítor Constâncio já era governador do Banco de Portugal e Teixeira dos Santos era presidente da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM), assinalou Rui Gomes da Silva.

O PSD vai questioná-los “sobre a evidente passividade destas duas instituições na averiguação dos factos de 2004” e quer um “cabal esclarecimento das respectivas responsabilidades nos factos alegadamente ilícitos praticados pela administração do BCP, designadamente em 2004, e que terão sido do seu conhecimento”, acrescentou.

“Tanto no Banco de Portugal como na CMVM existiram factos, inquéritos, processos que depois foram arquivados. Terá que ter havido alguma



razão para esse arquivamento: Ou sabiam dos factos e isso é grave ou não sabiam e então houve má leitura e total incompetência de quem fez a análise desses mesmos factos”, advogou Rui Gomes da Silva.

O dirigente social-democrata salientou que foi com base nas alegadas “operações de crédito à margem das leis” realizadas em 2004 “há poucos dias o governador do Banco de Portugal informou os actuais membros do conselho de administração do BCP de que não reuniam condições de elegibilidade para se manterem à frente dessa instituição”.

Grupo Parlamentar actua na questão dos erros na Conta Geral do Estado

O grupo parlamentar do PSD solicitou no dia 27 de Dezembro, a audição do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, na comissão parlamentar respectiva para que esclareça as conclusões do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2006.

O Tribunal de Contas (TC) enviou, a 21 de Dezembro, o seu parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2006 à Assembleia da República.

No documento, o TC concluiu que as dívidas do Estado a fornecedores aumentaram 19 por cento em 2006, face ao ano anterior, tendo sido penalizadas pelo crescimento superior a 30 por cento das dívidas na Saúde.

No parecer, o Tribunal refere que as dívidas da administração central e de algumas entidades do Sector Público Empresarial (excluindo as autarquias e as regiões) subiram 19 por cento, ou seja, para 1.967,6 milhões de euros.

Dessas dívidas, cerca de 18 por cento são relativas a entidades ligadas ao Ministério da Saúde e o seu crescimento foi de 32,6 por cento relativamente a 2006.

A maioria (79,3 por cento) das dívidas são de valor inferior a 100 mil euros, mas o montante de grande parte delas (44 por cento) é superior a 10

milhões de euros.

Ministra da Educação interpelada pelo PSD sobre elaboração de manuais escolares

O PSD interpelou ontem, terça-feira, no Parlamento, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, para pedir esclarecimentos sobre o sistema que rege a elaboração dos manuais escolares, disse hoje à Agência Lusa fonte parlamentar social-democrata.

Segundo Pedro Duarte, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, a “má elaboração” dos manuais escolares são “mais um sinal negativo” do sistema de regulação para a elaboração dos manuais escolares, que acaba por sair “prejudicado”.

Pedro Duarte citou o caso divulgado pelo semanário Sol que, na sua edição de hoje, dá conta de um “estudo de fundo” sobre os manuais escolares, em que são apontadas “falhas”, levando à conclusão de que a maioria dos livros de Língua Portuguesa do 4º ano “não contribui para que os alunos compreendam o que lêem”.

O estudo, uma dissertação de mestrado de uma professora de uma escola secundária de Coimbra, que obteve a nota máxima, inclui a análise de 12 manuais que, no seu conjunto, reporta o jornal, foram adoptados em mais de 94 por cento das escolas do país.

Nesses livros, a falha maior passa pela “escassez” de propostas de actividades que levem os alunos a interpretar os textos e a identificar informação que não seja explícita.

Apontadas são também outras “falhas”, como o número limitado de textos nos manuais, a pouca diversidade de género e a inexistência de um corpo de autores de referência a ser indicado pelo Ministério da Educação, a cujo gabinete da ministra o trabalho foi já enviado sob recomendação da Universidade de Coimbra.

“Vamos aproveitar a presença da

ministra da Educação no Parlamento para lhe pedir esclarecimentos sobre o sistema que rege a elaboração dos manuais escolares”, afirmou à Lusa Pedro Duarte, sublinhando que só conhece o estudo através da imprensa e que, por essa razão, irá pedir explicações a Maria de Lurdes Rodrigues.

Para o deputado “laranja”, o que se passa com os manuais escolares é “mais um sinal negativo” dos “sintomas problemáticos no sistema de ensino” em Portugal.

Pedro Duarte criticou, por outro lado, o executivo de José Sócrates por não ter cumprido a promessa de criar um sistema de regulação para a elaboração dos manuais escolares.

PSD regista e saúda aproximação do PS a preocupações sociais-democratas

O PSD saudou hoje o movimento do Governo de “aproximação à preocupação” social-democrata com o problema da insegurança, acusando o executivo socialista de nos primeiros momentos ter ficado indiferente e tentado desvalorizar a questão.

“Saudamos o movimento do Governo de aproximação à preocupação do PSD”, afirmou o vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva, numa declaração na sede do partido no final da última reunião do ano da comissão política do partido.

Acusando o executivo socialistas de, nos primeiros momentos, ter reagido com “total indiferença” e ter tentado “desvalorizar” os problemas de insegurança, em especial na zona do Grande Porto, Rui Gomes da Silva lamentou que só agora o Governo esteja a demonstrar “alguma preocupação”, “apesar de não estar a fazer tudo o que podia”.

“Houve uma total descoordenação e não aproveitamento da informação que existia. E o único responsável por essa situação é o primeiro-ministro”, sublinhou Rui Gomes da Silva.

Além da questão da segurança,



acrescentou, a comissão política do PSD debateu ainda os dados do Eurostat publicados segunda-feira, no Luxemburgo, segundo os quais o Produto Interno Bruto (PIB) português medido em unidades de poder de compra situou-se em 2006 em 75 por cento da média europeia, sendo o mais baixo da zona euro.

“Isto não são números abstractos. Significa que o poder de compra dos portugueses vem-se agravando drasticamente”, frisou o vice-presidente social-democrata.

Na reunião da comissão política foi também “reafirmada a posição do partido” de defender a ratificação parlamentar do Tratado de Lisboa, acrescentou ainda Rui Gomes da Silva.

“Mantemos a nossa posição e congratulamo-nos por cada vez mais pessoas a apoiarem”, disse.

PSD requer debate potestativo sobre a “nova orgânica” das regiões de Turismo

O grupo parlamentar do PSD requereu hoje ao Presidente da Assembleia da República a realização de um debate potestativo sobre a “nova orgânica das regiões de Turismo”, disse à Lusa fonte social-democrata.

A realização de debates potestativos – direito de um partido marcar a ordem do dia no plenário da Assembleia da República – está prevista no regimento do Parlamento.

Na semana passada, o Conselho de Ministros aprovou um diploma que reorganiza a regiões de Turismo, propondo a redução das actuais 19 para apenas cinco.

Assim, o diploma aprovado pelo Governo, determina cinco Áreas Regionais de Turismo (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e uma aposta prioritária em outras cinco zonas do país com potencial turístico (Alqueva, Litoral Alentejano, Região Oeste, Douro e Serra da Estrela), que terão autonomia.

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto –através da Associação Turismo de Lisboa e da Associação de Turismo do Porto – podem contraturalizar o exercício de actividades e a realização de projectos com o Governo.

Hoje, em declarações à Lusa, o presidente da Associação Nacional de Municípios, o social-democrata Fernando Ruas, denunciou que o Governo aprovou a reorganização das regiões de turismo sem ter em conta o processo de consulta que abriu aos parceiros com base em cinco regiões.

“Não faz sentido para nós porque aquilo que nos foi apresentado para nos pronunciarmos apontava para uma coincidência com as NUT II”, disse Fernando Ruas, referindo-se à proposta de reduzir de 19 para cinco as regiões de turismo, ou seja: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

“Achamos que estes pedidos de audição começam a estar um pouco comprometidos”, afirmou Fernando Ruas, acrescentando que a ANMP não percebe “esta excepção”.

Anteriormente, o deputado do PSD Miguel Relvas já tinha acusado o Governo de aprovar à socapa a reforma das regiões de turismo, “à medida política do PS”, exortando as oposições a chamar ao Parlamento os responsáveis da tutela.

“Acho que as oposições e, em particular, o PSD têm de pegar neste tema. Isto é uma reforma feita à socapa. A própria Associação das Regiões de Turismo diz que a reforma que lhe foi apresentada foi outra”, disse o deputado à agência Lusa.

Relatório do Tribunal de Contas: PSD diz estar em causa confiança do Governo perante o país

O PS, no passado dia 22, considerou que o parecer divulgado sexta-feira pelo Tribunal de Contas (TC) sobre a conta geral do Estado de 2006 demonstra que está em causa a confiança no Governo, perante o país.

A posição foi transmitida pelo presidente da mesa do congresso do PSD, Ângelo Correia, numa conferência de imprensa em que esteve acompanhado pelos dirigentes do partido Rui Gomes da Silva, Zita Seabra e pelo vice-presidente da bancada social-democrata, Patinha Antão.

De acordo com o ex-ministro dos governos de Francisco Sá Carneiro, o parecer do TC “é grave e desmente muito do que é apregoado pelo actual Governo”.

“O TC diz que o Governo fez mais de 200 milhões de euros em despesas sem estarem previstas ou autorizadas pela Assembleia da República. Ou seja, o Governo violou a lei”, apontou Ângelo Correia.

O presidente da mesa do congresso do PSD referiu também que o parecer do TC demonstra que o Governo, “que já pagava tarde e a más horas, conseguiu duplicar o período de atraso dos pagamentos aos seus fornecedores”.

“O conjunto das dívidas acumuladas pelo Estado aos seus fornecedores já atingem praticamente dois mil milhões de euros”, disse.

Perante estes dados, o ex-ministro dos executivos da Aliança Democrática (AD) concluiu que o défice “estaria actualmente agravado em 0,6 por cento”.

“Face a tudo o que o TC apurou, o número que o Governo adiantou estará subestimado em mais de 900 milhões de euros”, especificou.

Para Ângelo Correia, no plano político, “está em causa a confiança deste Governo perante o país, e quem o diz não é o PSD mas o TC”.

“O Governo diz-nos uma coisa e o país sente na pele que os sacrifícios que faz todos os dias não estão a valer a pena”, acrescentou.

Interrogado sobre a possibilidade de o PSD apresentar a prazo uma moção de censura ao Governo, Ângelo Correia disse que os sociais-

democratas vão primeiro aguardar pela resposta que será dada pelo executivo socialista ao TC.

“Nesta fase, vamos esperar que, perante o juízo emitido pelo TC, o Governo prove que este tribunal não tem razão, o que até hoje não se verificou”, disse.

No entanto, neste ponto, Ângelo Correia deixou um aviso ao Governo socialista.

Esperamos que o Governo não faça o habitual, fingindo que o TC não emitiu qualquer juízo, assobie para o ar e procure transmitir a ideia de que tudo vai bem no reino da Dinamarca. Não sei o Governo terá a coragem moral de reconhecer os seus erros”, declarou o ex-ministro social-democrata.

Confrontado com as críticas hoje feitas pelo ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, que considerou “anarquista” o teor da entrevista do presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, ao jornal “Expresso”, pelo facto de o líder social-democrata pretender alegadamente “desmantelar o Estado”, Ângelo Correia deu uma resposta dura.

“Chamou anarquista [ao presidente do PSD]? Enfim, o senhor ministro das Finanças devia estar antes preocupado com o parecer do TC. Como percebo o seu incómodo, também compreendo o motivo que o levou a fazer comentários políticos, que ultrapassam a sua função de ministro das Finanças”, observou Ângelo Correia.

TGV: PSD quer debate e consenso sobre projecto

O PSD defendeu a realização de um debate sobre o TGV, considerando tratar-se de um projecto muito caro que obriga a um “consenso”.

Em conferência de imprensa, Jorge Costa, porta-voz do PSD para a área das Obras Públicas, afirmou que o TGV representa um investimento muito grande que só deve avançar depois de “um amplo debate” e um “consenso a nível nacional”.

O PSD afirmou que, para reduzir custos, “a ligação Lisboa/Porto deve ser construída numa solução mista (linha nova/linha do Norte)”, o que permite aproveitar “75 quilómetros da linha existente”.

Segundo Jorge Costa, é possível reduzir de 4,7 mil milhões de euros para 2,5 mil milhões de euros o custo da ligação Lisboa/Porto se for alcançada uma velocidade comercial de 200 quilómetros/hora.

“Passar das actuais 2:35 de viagem para 1:15 na ligação Lisboa/porto representa um custo de 60 milhões de euros por cada minuto ganho e é muito dinheiro para ser gasto sem um amplo debate e consenso a nível nacional”, sustentou o social-democrata.

O PSD criticou o facto de o “Governo não ter feito estas contas”, afirmando ainda que o investimento a realizar no TGV “será cinco vezes mais do que o custo do novo aeroporto de

Lisboa se a opção for Alcochete”.

Relativamente à ligação Lisboa/Madrid, Jorge Costa afirmou que o traçado deve ser “reequacionado”, tendo em conta a localização do novo aeroporto de Lisboa.

O PSD pediu “bom senso” relativamente a esta matéria, lembrando ainda que a factura do TGV poderá transformar-se para os contribuintes numa “monumental SCUT”.

“Não é claro ainda qual o valor da factura que vai ser necessário pagar do Orçamento do Estado para isto”, disse, concluindo que “a viabilidade deste modelo não está sustentada”.

PSD defende margem Sul como local ideal; e a continuação operacional da Portela

O PSD defendeu a construção do novo aeroporto de Lisboa na margem Sul, preferencialmente em Alcochete, e que este deve coexistir durante o máximo tempo possível com a Portela.

Para o PSD não restam dúvidas que o novo aeroporto deve situar-se na margem Sul”, afirmou, em conferência de imprensa no Porto, Jorge Costa, porta-voz da Comissão Política Nacional do PSD para a área das Obras Públicas.

“A Portela não está esgotada”, sustentou, acrescentando que “o investimento de 400 milhões de euros em curso na Portela tem que ser devidamente rentabilizado”, já que “não faz sentido” gastar tanto dinheiro “a curto prazo e em seguida começar a desactivar” a infra-estrutura.

Segundo referiu, “a Ota não tem condições técnicas”, por se tratar de um projecto “demasiado caro” e por só ter possibilidade de absorver o tráfego aéreo entre 20 a 25 anos.

“O novo aeroporto, para ser competitivo, não pode ter estrangulamentos ou condicionantes de limitação ou acessibilidades”, afirmou.

Para o PSD, enquanto a Portela continuar a operar pode começar a construção do novo aeroporto de Lisboa, de forma faseada.

Jorge Costa afirmou ainda que para Lisboa ser competitiva, a captação do turismo e a organização de eventos internacionais “têm que ser tidas em conta”.

O PSD espera agora “objectividade” por parte do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a quem foi incumbido o estudo comparado sobre a localização do novo aeroporto internacional de Lisboa.

Jorge Costa referiu que o “elevado nível de investimento aconselha prudência”.

O PSD entende, disse, que “o debate não está fechado e que vale a pena ouvir outros técnicos”.

“O Governo fez ouvidos de mercador a esta questão”, criticou Jorge Costa. – Fontes: Povo Livre, Lusa, Gab. Imp. G.P./PSD, TSE, DN

BOM ANO!

Alberto João Jardim (*)



Orçamento de Estado para 2008 prossegue as antecedentes políticas erradas, agravando-as em termos de se esperar um ano muito sombrio, aflitivo mesmo para as classes médias e mais desfavorecidas de Portugueses, para cada um e respectivas Famílias.

E NÃO VENHA O PARTIDO SOCIALISTA DESCULPAR-SE COM O PASSADO RECENTE, POIS, NOS ÚLTIMOS DOZE ANOS, ESTEVE NOVE NO PODER.

Portugal vive a maior taxa de desemprego dos trinta anos de regime democrático.

O crescimento económico de Portugal é o mais baixo de TODOS OS VINTE E SETE países que integram a União Europeia, devido à distorção de se considerar a Economia ao serviço das políticas fiscal e de finanças públicas, em vez de estas políticas constituírem instrumentos de desenvolvimento económico.

Agora, para 2008, o Orçamento de Estado aumenta a carga fiscal, em termos de tal se repercutir mais brutalmente sobre as classes média e mais desfavorecidas, bem como sobre as médias, pequenas e micros Empresas.

O que significa mais aumento da despesa pública irreprodutível, e um combate ao défice em termos

obsessivos e à custa de um insuportável sacrifício crescente de quase todos os Portugueses. De facto, o investimento, público e privado, está em queda, com as consequências que todos vislumbram. O próprio investimento externo em Portugal, o ano que findou, foi o mais baixo dos últimos quatro anos, quebra de trinta por cento.

Tudo isto significa Portugal continuar a divergir, desastrosa e desastrosamente, da União Europeia. Significa Portugal a se afastar da média do crescimento de uma Europa onde pretende e tem de se integrar em termos de coesão económica, social e territorial.

Passadas as «festas» da última presidência portuguesa, última devido à nova opção do Tratado, da qual se discorda, o País põe de novo os pés na terra e vê que o rei vai nú.

No início de cada ano, é costume formularmos, uns aos outros, votos de **«feliz ano novo»**.

Obviamente que é isso que temos de continuar a desejar a todos, na esperança e na persistência de que algo suceda, mesmo quando choca o amorfismo de grande parte da população.

Mas, custa.

Custa, sente-se como que um nó

na garganta, pois até corremos o risco de parecer hipócritas ante o estado de coisas a que o País chegou, bem como perante as perspectivas que se oferecem ao todo nacional se, entretanto, nada mudar ou nem sequer as pessoas se mexerem para tentar alterar a situação.

Não se espera «milagre», obviamente.

Mas ainda se acredita nos Portugueses.

E, mesmo que tal se entenda como uma ilusão, mais vale alimentá-la, do que desistir.

Não é só a maior parte das pessoas que, em circunstâncias extremamente difíceis, são capazes de se superar, incluso para além dos limites que lhes seriam exigidos.

E não é necessário ser «herói» ou «fora-de-série». Aliás, conceitos estes também subvertidos na sociedade portuguesa, onde a mediocridade e a má-fé, através da propaganda, arranjaram novos ícones, fetos de vulgaridade e de ausência de Valores.

É que ao longo da História, as próprias Nações muitas vezes se revelaram capazes da grandeza de ânimo e de iniciativas para superar atoleiros em que se viram mergulhadas. Até o sabendo concretizar sem pôr em causa o

regime democrático, antes em sua defesa e sabendo-o restaurar.

Então Portugal, nos seus oitos séculos e meio de História, deu tantas vezes demonstração de que o «grande salto em frente» é possível.

Hoje, há quem pense, até Instituições, que as mudanças substanciais e eficazes só são possíveis, mediante gravíssimas degradações acentuadas.

Discordo, não só por não aceitar a comodidade de adiar a resolução dos problemas – e digo «comodidade», para não utilizar um termo mais feio – mas sobretudo porque quanto mais as crises se agigantam, mais dolorosa será para cada Pessoa Humana, a retoma que se impuser.

É com esta Esperança que, apesar de tudo, arrisco convictamente desejar aos Portugueses um feliz ano novo.

«Feliz», que nada tem a ver com «papinha feita», nem contar com facilidades.

«Feliz», por acreditar nas pessoas, na capacidade de cada um para se mexer, no respectivo saber reagir e iniciativa.

Por mim, vamos a isso!
Bom Ano! (*) – *Jurista, Presidente do PSD/Madeira, Presidente do Governo Regional da Madeira*

2008: O ano mais longo

Ricardo Rio (*)

Desde há pouco mais que um dia, uma parte significativa dos cidadãos Bracarenses pode dizer que a mudança que tanto desejam chega já no ano que vem.

Embora o tenha omitido nos meus votos de bom ano, a verdade é que a esmagadora maioria das mensagens que recebi não conseguia evitar a referência à Vida Nova para Braga que chegará com o Ano Novo que se segue.

Para uns, será a expressão da urgência incontida de terem o seu Concelho em mãos mais carinhosas, de o verem olhado com olhos mais ambiciosos, de sentirem permanentemente escutadas (ainda que não satisfeitas) as suas vontades, de o saberem mergulhado numa brisa aprazível de renovação, de anteciparem o paladar de um Concelho virado para o futuro e para o bem-estar dos seus cidadãos.

Para outros, traduzirá a disponibilidade e empenho neste projecto de mudança, a sua vontade de mostrar a cada um dos seus vizinhos, familiares, amigos ou colegas que vale a pena semear a esperança na ruptura tranquila que se está a construir.

Para alguns, quase apeteceria riscar este ano do mapa, dar o longo salto para o início de 2009 e proceder de forma ainda mais acelerada à contagem decrescente para esse ponto de viragem na vida da nossa cidade. Quase se poderia dizer que 2008 será um dos anos mais longos das suas/nossas vidas.

Pessoalmente, não me incluo neste último grupo.

Ao contrário de outros, não espero porém que 2008 seja um ano de grandes feitos e muito menos acredito que seja um ano de grandes realizações no nosso Concelho.

Não acredito e quase desejo que o não seja. Não por qualquer razão de calculismo político, mas porque parece que quem hoje conduz os destinos do nosso Concelho não consegue conciliar os seus legados megalómanos com o cuidado com as aspirações do dia-a-dia da população.

Porque quem acha que a obra da Avenida apenas trará “ligeiros transtornos” (e que a Variante Sul não sirva de amostra), não consegue resolver os problemas comuns de muitos cidadãos e colectividades.

Porque quem avança para grandes empreitadas sem cálculo ou planificação, não consegue cumprir as promessas de realização das mais pequenas intervenções numa escola ou rua da cidade.

Porque quem garante que 2008 será seguramente um “ano muito melhor”, parece esquecer que 2007

foi um ano medíocre do seu longo currículo de gestão municipal.

Pessoalmente, gostava de ver os responsáveis da minha Autarquia assegurar que em 2008 iriam empenhar-se em tornar o concelho de Braga mais competitivo, a inverter o ciclo de abandono e encerramento de empresas e a apostar na captação de novos investimentos, empresas e empregos.

Gostava de ouvir a intenção determinada de implementar uma verdadeira estratégia de dotação de espaços verdes qualificados, desde um verdadeiro Parque da Cidade no Parque da Ponte (onde só a construção de duas mini-sedes demorou dois anos a concluir), até ao classificado Parque das Sete Fontes (cada vez mais ameaçado pela especulação imobiliária envolvente), ao Parque Norte e seus equipamentos (para quando?), às zonas envolventes do Rio Este e Cávado.

Acredito que seria possível assistir a uma outra política de juventude, que não se cingisse a eventos de animação estival mas que proporcionasse reais alternativas de lazer, um maior acesso à habitação nas zonas rurais e uma maior empregabilidade à população jovem qualificada.

Estou seguro que a voz que



representa Braga devia ouvir-se mais forte no plano regional (mas não como pré-campanha pessoal para as eleições que virão) e nacional, exigindo a concretização dos projectos prioritários que continuam a cirandar entre os Gabinetes Ministeriais e as Unidades de Missão, para os quais “há projecto” (não há sempre?), mas que tardam em ser a realidade que os Bracarenses anseiam.

Ainda assim, não quero apagar este ano de 2008 que agora se inicia e seguir de imediato para o 2009 do nosso contentamento.

Primeiro, porque como todos os Bracarenses, sei que há hoje uma

Oposição que apesar de todas as barreiras, que contra todos os autismos, prepotências e laxismos da maioria, permanece atenta e vigilante e faz acontecer.

Depois, porque como em tudo na vida, grande parte do prazer da viagem não está no instante da chegada, mas nas incidências do trajecto.

2008 vai ser um ano longo. E ainda bem!

Feliz 2008! – (*) *Economista, Vereador da Câmara de Braga, Presidente da CPS/PSD-Braga*

A Opinião dos outros:

O «caso» que preocupa Portugal ASSALTO AO BCP!

Por: João Miranda (*)

De acordo com a versão oficial, o BCP atravessava um período de instabilidade accionista que colocava em risco todo o sistema bancário. Por coincidência, algumas irregularidades descobertas recentemente levaram o Banco de Portugal a intervir. O Banco de Portugal aconselhou os accionistas a não apoiarem 26 antigos administradores do BCP. Um desses administradores, Filipe Pinhal, foi obrigado a retirar a sua candidatura à administração. Os accionistas descobriram que Santos Ferreira era o homem providencial de que precisavam. Por coincidência, Santos Ferreira era também presidente do banco público concorrente do BCP. O Governo deu o seu apoio a esta solução em nome da estabilidade do sistema bancário.

Uma leitura mais atenta revela outra história. Grande parte da instabilidade accionista foi criada por Joe Berardo, um dos principais apoiantes de Santos Ferreira. Santos Ferreira é um socialista e quer levar para o BCP Armando Vara, outro

reputado socialista e amigo do primeiro-ministro. O director do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, também é membro do Partido Socialista. Vítor Constâncio vetou os 26 administradores do BCP sem conceder às vítimas qualquer possibilidade de defesa. Ao fazê-lo, impôs Santos Ferreira aos accionistas. As irregularidades atribuídas aos 26 administradores afinal eram antigas. Vítor Constâncio foi incompetente e só agora é que as descobriu. O súbito interesse do Banco de Portugal por problemas antigos sugere uma intervenção cirúrgica a favor de uma das facções em luta pelo BCP.

O Banco de Portugal, em vez de se comportar como um regulador neutro, optou por ajudar uma das facções a controlar o BCP. A transferência de Santos Ferreira para o BCP teve a bênção do ministro das Finanças, membro do Partido Socialista, que enquanto presidente da CMVM foi incapaz de detectar as irregularidades que agora são atribuídas aos 26 antigos administradores.

As últimas notícias sugerem uma história ainda mais obscura. Alguns

accionistas do BCP (entre os quais Joe Berardo) compraram acções com empréstimos concedidos pela Caixa Geral de Depósitos. Estes accionistas são precisamente os mesmos que apoiam Santos Ferreira, que por sua vez foi o responsável máximo pela aprovação dos empréstimos.

Pelos vistos, a instabilidade accionista do BCP andou a ser financiada por um banco público. No próximo dia 15, na assembleia geral do BCP, Santos Ferreira deverá ser eleito presidente do banco. Para essa eleição deverão contribuir votos que correspondem a acções que foram compradas com dinheiro emprestado pelo antigo banco de Santos Ferreira. Se a falta de vergonha for total, é mesmo possível que a Caixa Geral de Depósitos, que é accionista do BCP, vote, por ordens do Governo, no seu antigo presidente.

– (*) *Investigador em biotecnologia - «jmirandadn@gmail.com, por atenção de (e com agradecimentos ao) DN (06-01-08)*



Jantar de Natal com o Grupo Parlamentar do PSD





Carlos Coelho considera Sócrates “melhor Presidente do Conselho da Europa, do que tem sido como Primeiro-Ministro de Portugal”

No debate que teve lugar na Mini-Sessão Plenária do Parlamento Europeu sobre o “Balanço da Presidência Portuguesa da UE” que contou com a presença do Primeiro-Ministro José Sócrates, na qualidade de Presidente do Conselho e com Durão Barroso, Presidente Comissão Europeia, o Deputado do PSD Carlos Coelho fez uma avaliação “muito positiva” da Presidência portuguesa destacando a aprovação do Tratado de Lisboa, o alargamento do Espaço Schengen, a aprovação do Galileo, bem como o Dia Europeu contra a pena de Morte. A terminar Carlos Coelho considerou Sócrates “melhor Presidente do Conselho do que tem sido Primeiro-Ministro de Portugal”



particular: “os Deputados do PSD orgulham-se de terem contribuído para o sucesso desta Presidência.”

Boa cooperação (Comissão, Parlamento Europeu)

Carlos Coelho destacou a boa colaboração entre o Parlamento Europeu e o Conselho, destacando também o papel de Durão Barroso dizendo “Está de parabéns! Grande parte dos sucessos destes 6 meses devem-se ao seu apoio e ao seu empenho” destacando de seguida a cooperação com o Parlamento Europeu e com os Deputados portugueses em

Medidas Estruturais

Carlos Coelho sublinhou as medidas estruturais que, para bem da Europa, foram tomadas durante estes 6 meses, destacando três:

- O fim da crise institucional com a adopção do Tratado de Lisboa que vai ser assinado amanhã e a proclamação da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais que passa a ter um

carácter vinculativo;

- O histórico alargamento do Espaço Schengen com a integração de 9 novos Estados-Membros e quase 4 milhões de Km² “que só foi possível graças ao engenho português” (do qual Carlos Coelho foi relator do Parlamento Europeu).

- A viabilização do estratégico e importante Programa GALILEO que alguns preferiam não existir deixando o exclusivo aos EUA, à Rússia e à China.

Dia Europeu contra a Pena de Morte - 10 de Outubro

Carlos Coelho sublinhou uma medida “simbólica mas muito positiva” que foi a aprovação recente pelo Conselho do dia 10 de Outubro como Dia Europeu contra a pena de morte. “Esta é a Europa de que nos podemos orgulhar: a Europa com valores comuns partilhados finalmente por todos os Estados-Membros sem excepção.” afirmou o Deputado do PSD.

Tradição de boas Presidências de Portugal

Carlos Coelho lembrou ainda que

Portugal sempre “deu o seu melhor seguindo o interesse comum quando exerceu a Presidência do Conselho” pois “foi assim” em 1992 com o Ex Primeiro-Ministro e actual Presidente da República Cavaco Silva e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e actual Eurodeputado João de Deus Pinheiro tal como em 2000 com o Primeiro-Ministro António Guterres e “está a ser assim hoje na terceira Presidência do Conselho da União.”

A terminar Carlos Coelho afirmou que Presidência europeia foi uma “Presidência com resultados. Mas 2008 será, para si, um ano bem diferente. Na política nacional, os portugueses também reclamam resultados. Não estranhará o meu cepticismo: Sou dos que acham que é melhor Presidente do Conselho do que tem sido Primeiro-Ministro de Portugal”

Nota da Redacção: Certamente por elegância e cortesia, Carlos Coelho não mencionou o facto, largamente noticiado, de Sócrates ter falado para uma plateia praticamente “às moscas”, pois para além dos Chefes de Missão e líderes de bancadas, os euro-deputados, em geral, alhearam-se completamente de Sócrates e das suas afirmações auto-elogiosas sobre a sua Presidência.

Duarte Freitas nomeado relator do Parlamento Europeu para a protecção dos ecossistemas marinhos em Alto Mar

O Deputado Europeu do PSD Duarte Freitas foi nomeado Relator do Parlamento Europeu para uma proposta de Regulamento do Conselho com vista à “protecção dos ecossistemas marinhos vulneráveis do alto mar.”

A presente proposta de Regulamento dá execução às recomendações formuladas na Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 61/105 de 8 de Dezembro de 2006) relativas a medidas destinadas a eliminar as técnicas de pesca destrutivas que ameaçam os ambientes de alto mar.

Duarte Freitas considera que “existem ecossistemas marinhos, nomeadamente os montes submarinos, os corais de profundidade e as fontes hidrotermais, que podem ser ameaçados por práticas de pesca destrutivas, sendo portanto necessário preservar a integridade física destes habitats”.

Esta questão é considerada pela ONU como “uma questão sensível no quadro da Governação Internacional das Pescas”. Nesse sentido, a 8 de Dezembro de 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução com um apelo premente aos Estados e organizações competentes nos domínios relacionados com os grandes fundos marinhos para actuarem no sentido de regulamentar a pesca exercida em ecossistemas marinhos vulneráveis, por forma a protegê-los de eventuais danos.

A Comissão Europeia desempenhou um papel decisivo na adopção desta resolução, tendo, imediatamente após a sua adopção, anunciado que proporia

rapidamente uma estratégia destinada a concretizar este apelo.

Duarte Freitas explicou que “nas zonas costeiras cabe aos Estados costeiros adoptar medidas para proteger os ecossistemas vulneráveis da pesca de fundo. Por outro lado, nas águas internacionais, a protecção do ambiente marinho é da competência geral das convenções marinhas regionais, quando elas existem, enquanto que a adopção de medidas de conservação e gestão de recursos marinhos vivos e a regulamentação do impacto da pesca nos ecossistemas vulneráveis cabe às organizações regionais de gestão das pescas (ORGP).”

Para Duarte Freitas é ainda necessário regular as zonas de alto mar que não possuem nenhum organismo para esse efeito, sob pena de nesses locais de pesca se adoptarem práticas de pesca destrutivas. “É nesse sentido que este dossier é importante!”

“Os princípios fundamentais que regem as liberdades e obrigações no alto mar, estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, requerem a adopção de medidas aprovadas a nível internacional para a conservação dos recursos marinhos vivos nas águas fora de jurisdição nacional.”, acrescentou.

A União Europeia levará a cabo nos próximos meses um amplo debate sobre esta matéria devendo Duarte Freitas liderar o processo ao nível do Parlamento Europeu.

Notícias da Madeira

Jardim afirma na reunião da CE, o governo português fez apenas o “papel de escriturário, passando a limpo os mandatos detalhados que a presidência alemã lhe deu”

Numa entrevista concedida à imprensa local («Jornal da Madeira»), O presidente do Governo Regional da Madeira afirma que votaria “sim” num referendo ao Tratado de Lisboa, numa entrevista em que diz ainda ser este o momento certo para preparar a transição na liderança do PSD/M.

Numa longa entrevista de cinco páginas hoje publicada pelo matutino Jornal da Madeira, Alberto João Jardim comenta a presidência portuguesa da União Europeia, que termina no final do ano, considerando que o governo português fez apenas o “papel de escriturário, passou a limpo os mandatos detalhados que a presidência alemã lhe deu”.

Jardim refere que a “União Europa acelerou demasiado, com pouca prudência” e alerta para os perigos do absolutismo do comércio mundial, referindo que a política seguida neste momento pela UE “vai agravar a situação dos países europeus” em benefício das “potências emergentes” e dos grandes espaços económicos.

Quando à ratificação, afirma preferir a versão «referendo», mas que votaria “sim” nesse referendo porque acredita que o Tratado “acautela os direitos das Regiões Ultraperiféricas, consagrando princípios essenciais, como o da subsidiariedade, coesão social e económica”.

Instado a comentar a entrega da liderança do PS/M a alguém como Bernardo Trindade, o actual secretário de Estado do Turismo, Jardim afirmou: “não tem importância para isso”.

“No parlamento madeirenses era muito fraquito”, refere, adiantando que quem realmente manda no sector por ele tutelado no Governo central é “Luís Paixão, o ex-chefe de gabinete de José Sócrates”.

Ao falar sobre a sua sucessão na liderança do partido na Madeira, Alberto João Jardim salienta ainda “estar mais do que preparado” para deixar a liderança do partido e do governo madeirense e fala do “processo de transição delineado para 2011”, garantindo que pretende continuar na vida política “se tiver saúde, naquilo que o partido lhe pedir”.

“Vamos desdramatizar esta questão de delfins e de absurdos que



há por aí, para fazermos a transição e este é o momento de a fazer porque nunca tivemos uma oposição tão fraca e desacreditada”, declara.

O governante insular tece também grandes elogios ao Representante da República, Monteiro Diniz, realçando a boa “cooperação institucional” e admite poder até pedir opinião ao juiz-conselheiro na preparação da próxima Revisão constitucional.

Afirma que “seria catastrófico e uma crise aberta nas relações entre o Estado e a Região” se neste momento Monteiro Diniz decidisse deixar o cargo.

Sobre as relações com o Governo central, o líder madeirense defende que se “impõe retomar o diálogo de Estado” entre a República e a região e sustenta que o ressurgimento de ideias separatistas na Madeira constitui “mais uma manobra intimidatória ao povo madeirense do que uma ameaça real e fundamentada”.

Jardim salienta não “fazer sentido que se ostracize, ou mova uma guerra sem armas, como neste momento” e diz que o Estatuto Político-Administrativo deste arquipélago “não pode andar a ser ofendido, sem razão, pelos apetites e os sentimentos dos membros do Governo da República”.

“O Estatuto é, pura e simplesmente, desrespeitado pela República e pelo Tribunal Constitucional”, sustenta, considerando que esta postura apenas “traduz um pavor cultural face à descentralização política”.

O líder regional rejeita a existência de crise na Madeira, admitindo tratar-se de um período de “muitas dificuldades e muitos obstáculos a superar” nos próximos tempos.

Tece duras críticas à oposição madeirense, sobretudo os socialistas, dizendo que fazem uma “operação de terra queimada” e que apesar das derrotas eleitorais vão querer continuar “agarrados ao tacho”.

A visita que o Presidente da República efectua à Madeira a 18 e 19 de Abril, no âmbito do programa das comemorações dos 500 Anos do Funchal, é outro ponto abordado na entrevista, anunciando Jardim que a “agenda sobrecarregada” está em preparação, prevendo visitas aos diferentes concelhos, encontros com empresários e até inaugurações.

Em relação ao actual líder nacional do PSD, Luís Filipe Menezes, salienta: “vamos dar-lhe toda a força, todo o gás, até a Primavera de 2009 e ele vai mostrar o que vale”.

Em relação ao financiamento bancário de 50 milhões, para a participação local em projectos co-financiados pela União Europeia, Jardim chama “iletrado” ao ministro das Finanças

O presidente do Governo Regional da Madeira afirmou no princípio desta semana, que o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ainda não respondeu ao pedido da região para contrair um empréstimo de 50 milhões de euros por uma questão de “iliteracia”. Alberto João Jardim falava no Funchal à margem da sessão solene de abertura das comemorações dos 500 Anos da capital madeirense.

A Madeira pediu ao Governo central para contrair, junto do Banco Europeu de Investimentos, um empréstimo de 50 milhões de euros para custear projectos co-financiados pela União Europeia. A UE comparticipou em 75 por cento e o Estado membro é responsável pelos restantes (25 por cento).

Na sequência das medidas financeiras determinadas pelo Governo da República, o Orçamento Regional é que deve suportar esta despesa e deixou de receber este apoio do Estado, o que levou o Executivo madeirense a pedir a contração de um empréstimo para fazer face a dificuldades de tesouraria.

A resposta ao pedido deveria ter chegado a 31 de Dezembro. “Penso que o ministro das Finanças não responde às cartas do secretário regional por iliteracia. Tem uma enorme dificuldade em escrever e falar. Como se trata de iliteracia, vamos deixar aperfeiçoar as suas capacidades ortográficas e aguardar a carta dele”, declarou.

Sobre a solução para o problema, Jardim diz que a situação se resolve “com a preparação do ministro das Finanças de forma a ele sair da iliteracia em que está mergulhado”.

O presidente do Executivo madeirense justificou também ontem a sua ausência da cerimónia simbólica de transferência da presidência da União Europeia dizendo recusar participar em “piroseiras” do Governo da República. – Fonte: Lusa

Notícias de Braga

PSD cria Comissão Política alargada na região Norte



O PSD vai criar, em 2008, uma Comissão Política alargada na região Norte para responder aos desafios políticos e económicos que lhe são colocados, disse à Lusa o presidente da Distrital de Braga.

Virgílio Costa adiantou que a formação do organismo, que foi já proposta às distritais do Porto e de Viana do Castelo, deverá ser alargada às comissões políticas de Vila Real e Bragança.

Uma outra fonte conhecedora do processo adiantou que o assunto mereceu já a aprovação e o empenho político do líder nacional do partido, Luís Filipe Menezes, que deverá



presidir à cerimónia de lançamento da nova estrutura, a realizar nos primeiros meses do ano.

Virgílio Costa, que se recandidata ao terceiro mandato na Distrital de Braga nas eleições agendadas para 18 de Janeiro, salienta que “o novo organismo está a ser pensado de forma a não beliscar a autonomia de cada uma das distritais e das concelhias que a integram”.

“A Comissão Política nortenha falará a uma só voz nas questões que interessem a toda a região, nomeadamente na exigência, ao Governo centralizador do PS, de mais investimentos para o Norte”, adiantou.

O dirigente partidário, que é também vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata, sublinhou que a criação de comissões regionais está prevista no programa eleitoral de Luís Filipe Menezes, sufragado nas urnas pelos militantes.

Virgílio Costa apresentou no dia 3 de Janeiro em Braga o programa de recandidatura e a lista de militantes que o acompanham, entre os quais se contam os nomes de José Manuel Fernandes, presidente da Câmara de Vila Verde, para presidente da Mesa da Assembleia e Costa Araújo, da Concelhia de Barcelos, para o Conselho de Jurisdição Distrital.

O dirigente partidário, que se recandidata a um terceiro mandato,

pretende conquistar, pelo menos, mais uma câmara municipal ao PS, reforçando a posição maioritária do PSD no distrito.

Os sociais-democratas dirigem sete câmaras contras as seis que o PS detém em Braga.

O segundo grande objectivo do



programa eleitoral - sublinhou - é o de voltar a eleger um eurodeputado que seja militante em Braga, objectivo que o partido “falhou por pouco” nas últimas eleições europeias.

Virgílio Costa promete, também, “unir os militantes bracarenses em torno do objectivo principal do partido, o de levar Luís Filipe Menezes à vitória eleitoral em 2009”.

Classifica a actual gestão do Governo do PS como de “propaganda e de espectáculo, para esconder a realidade, a de que os portugueses

perdem, todos os dias qualidade de vida e poder de compra, abafados em impostos”.

Em termos distritais, acusa o executivo de José Sócrates de “ter metido na gaveta a Grande Área Metropolitana do Minho, para centralizar tudo em Lisboa e votar o distrito quase ao esquecimento em termos de investimento”.

Lembra as altas taxas de desemprego na região, que atingem os 10 por cento da população activa em zonas como o Vale do Ave, e defende “uma mudança de paradigma na economia regional” que terá de passar pelo apoio aos sectores ditos tradicionais, mas também por investimento em empresas de ponta e de novas tecnologias. – Fonte: Lusa

Canoagem: «Remar contra a corrente»

Em entrevista à SIM, o Olímpico Bracarense Emanuel Silva sentença: “Em cinco anos, o apoio da Câmara Municipal de Braga foi zero!”

Talvez por isso, depois dos encontros de circunstância nos seus momentos de maior êxito desportivo, o edil Bracarense tutela o Desporto, jamais tenha concretizado as promessas de dotar de melhores condições o Clube Fluvial de Merelim, a que o atleta se encontrava ligado.

Neste particular, quem ouve os responsáveis máximos da Federação de Atletismo queixar-se das más condições de que os atletas nacionais dispõem devia conhecer as condições de trabalho do Emanuel.

Confesso que quando o visitei antes da sua partida para os Jogos Olímpicos de Atenas nem queria acreditar no que via, de tão artesanais que eram os equipamentos e as suas condições de treino.

Vários anos volvidos, o projecto da nova Sede do Clube continua no papel, condicionado “pelas limitações do terreno”, como garantia o Presidente de Câmara na reunião da passada Quinta-feira.

A verdade é que o Emanuel não pôde esperar e já regressou ao seu clube de origem, o Náutico de Prado. E os outros jovens canoístas bracarenses, quanto tempo têm? – Fonte: PSD/ Braga

Notícias de Aveiro

Hospital assume falha, utentes e Ordem dos Médicos acusam ministro

A direcção clínica do Hospital Distrital de Aveiro (HDA) assumiu a falha na resposta a uma idosa de Vale Maior, Albergaria-A-Velha, que esteve cerca de quatro horas à espera de atendimento médico na urgência, onde acabou por morrer, sozinha numa maca na sala de espera para onde são encaminhados os doentes após triagem dos casos mais graves.

“Era um caso sinalizado com pulseira amarela, que indica uma urgência intermédia, entre muitas urgências e não urgências. Deveria ter sido observada numa hora”, admitiu Lurdes Sá, directora clínica, remetendo mais esclarecimentos para as conclusões a apurar no âmbito do inquérito aberto ainda no próprio dia da morte, quarta-feira ao final da tarde.

A mulher de 85 anos, viúva, deu entrada na urgência HDA cerca das 13.50, transportada pelos bombeiros de Albergaria-A-Velha com uma carta do médico de família dando conta de um quadro clínico muito débil, após uma semana acamada e em que praticamente não se alimentou. A acompanhante, uma filha, alertou logo os serviços clínicos para o facto de a mãe “já não falar”.

De acordo com um bombeiro presente na altura, a grande afluência de doentes verificada na altura obrigou a esperar duas horas por uma maca de hospital vaga para transferir a idosa. “Não é a primeira vez que isto acontece”, explicou, aludindo à demora no atendimento pós triagem.

Segundo a directora clínica, a doente acabaria por falecer cerca das 17.45, vítima de paragem cardio-respiratória, o que indicia não ter sido objecto “dos cuidados devidos”.

Alguns doentes na sala pós triagem ter-se-ão apercebido do aspecto “muito pálido” da idosa, alertando um bombeiro que passava no momento. Este confirmaria a ausência de sinais vitais e chamou o pessoal médico, que já só pôde confirmar o óbito. “Infelizmente, não teve qualquer assistência. Para mim, é um caso de negligência. Veremos o que diz a autópsia”, disse uma amiga da filha que acompanhou o caso no hospital, onde foram deixadas várias queixas deste caso no livro de reclamações.

O funeral de Albertina Mendes realizou-se na sexta-feira. A família vai pedir, formalmente, responsabilidades ao hospital.

Cláudia Pereira, porta-voz da comissão de utentes do HDA, responsabilizou o ministro da Saúde pela morte da idosa. “O aumento de utentes em virtude da política de encerramento de serviços não foi acompanhado de melhor resposta da urgência. Provou-se que o serviço não pode ser bem prestado”, criticou a activista.

O bastonário da Ordem dos Médicos também responsabilizou o Governo e o Primeiro-Ministro Sócrates, pela morte da idosa, atribuindo a situação à sobrecarga da urgência, e ilibou a unidade de saúde e os profissionais. “Que fique bem claro que a responsabilidade do que se passa no terreno é da errada política de Saúde do Governo. É ao primeiro-ministro José Sócrates que devem ser imputadas responsabilidades”, afirma José Manuel Silva, o bastonário em exercício. – **Fonte: DN**

Notícias de Sintra

O Concelho faz-se representarna Bolsa de Turismo de Lisboa

A Bolsa de Turismo de Lisboa comemora 20 anos. Decorre na FIL, no Parque das Nações, de 16 a 20 de Janeiro, e tem como principal objectivo a promoção da oferta turística nacional. Como tem vindo a ser hábito, a Câmara Municipal de Sintra estará presente na BTL com um stand individual.

Sob o tema “Turismo – Desafios do Futuro”, esta edição mantém os Roteiros Temáticos, dirigidos ao visitante, que agrupam cinco diferentes tipos de turismo – Saúde, Golfe, Turismo Cultural, Turismo Activo e o Turismo de Negócios (MICE) e que pretendem orientar a visita do profissional/visitante que, deste modo, maximiza o tempo gasto na feira.

A feira inclui exposições, seminários, “workshops”, um espaço dedicado à gastronomia e um outro com uma forte componente cultural.

Sintra vai ter Centro de Novas Oportunidades

A Câmara Municipal de Sintra deliberou, em reunião do Executivo, ceder um espaço municipal ao Instituto do Emprego e Formação Profissional para instalação de um Centro de Novas Oportunidades no Pendão, em Queluz.

A autarquia pretende potenciar a formação anual de 1.500 a 2.000 pessoas, que assim terão oportunidade de verem reconhecidos, validados e certificados os conhecimentos e as competências adquiridas ao longo da vida.

O objectivo é corrigir as desvantagens na educação e formação de uma boa parte da população que não acompanhou a tendência de uma maior qualificação que o alargamento da escolaridade obrigatória trouxe nas últimas décadas.

As instalações em causa foram ocupadas desde Junho de 2003 até Novembro deste ano pelo Nicho de Empresas do Pendão, gerido pela Santa Casa da Misericórdia que, reconhecendo a sua incapacidade de alcançar os objectivos mínimos exigidos pelo protocolo com a Câmara de Sintra, acabou por devolver o espaço à autarquia.

Com o objectivo de dar um uso imediato às instalações, evitando a sua vandalização e degradação, a Câmara de Sintra decidiu estabelecer um protocolo com Instituto do Emprego, através do qual a autarquia cede o espaço e compromete-se ainda a assegurar o fornecimento de luz, água e telefone, mediante uma contrapartida financeira de 1.000€ mensais.

O Centro de Novas Oportunidades vai ser gerido pelo Centro de Formação Profissional de Sintra/Ranholas.

Novo Centro de Psiquiatria em Sintra

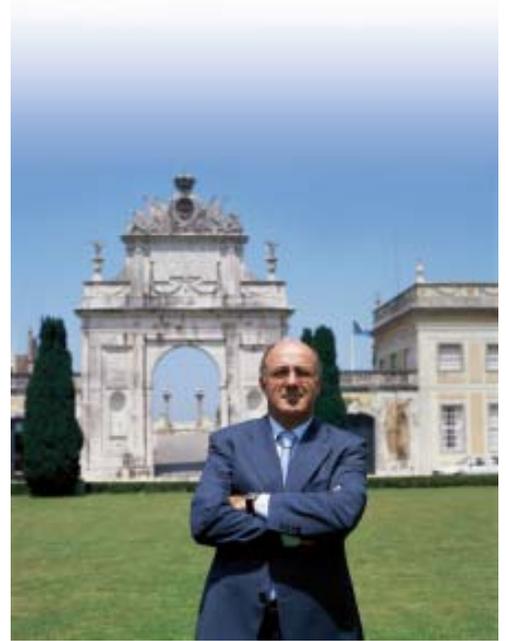
O concelho de Sintra vai passar a dispor de um novo centro de psiquiatria comunitária que irá ficar sob a gestão do Hospital Amadora-Sintra e cujo espaço vai ser cedido pela Câmara Municipal de Sintra.

Assim, na próxima segunda-feira, dia 07 de Janeiro, pelas 13H00, realiza-se a cerimónia de assinatura do contrato de arrendamento com o Hospital Amadora/Sintra do espaço para a instalação e funcionamento da Equipa de Psiquiatria Comunitária em Massamá, que se situa na Rua Mário Pinto, n.º 20 – Loja B, em Massamá.

Para estas instalações irá transitar a Equipa de Psiquiatria Comunitária de Queluz (anteriormente funcionava no Centro de Saúde de Queluz em condições muito limitadas) que tem desenvolvido um importante trabalho junto da comunidade.

Assim, estas novas instalações irão permitir uma melhor rentabilização dos meios e uma melhor prestação de cuidados de saúde mental junto da população.

Saliente-se que no concelho de Sintra existem duas Equipas de Psiquiatria Comunitária: agora a de Massamá, que abrange as freguesias de Queluz, Massamá, Casal de Cambra e Belas, e a de Sintra (sob a gestão do Hospital Miguel Bombarda) que abrange as restantes freguesias. – **Gab.Imp. CM Sintra**



Notícias de Ovar

PSD propõe criação do Conselho Económico e Social de Ovar

Na Reunião de Câmara do dia 3 de Janeiro, os vereadores do PSD recomendam ao executivo municipal a criação do CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL DE OVAR.

Os autarcas do Partido Social Democrata defendem a importância deste projecto porque, no contexto actual, a competição entre empresas, grupos económicos, regiões, municípios ou cidades tende a incrementar-se de uma forma muito significativa.

As regiões, os municípios e as cidades estão cada vez mais envolvidas em dinâmicas concorrenciais na disputa pela fixação de fluxos financeiros, de capacidades de iniciativa e de inovação, de competências, de eventos que as afirmem nacional e internacionalmente. Por isso, os vereadores defendem que “a adopção de uma prática de Planeamento Estratégico é fundamental para o desenvolvimento de qualquer território”.

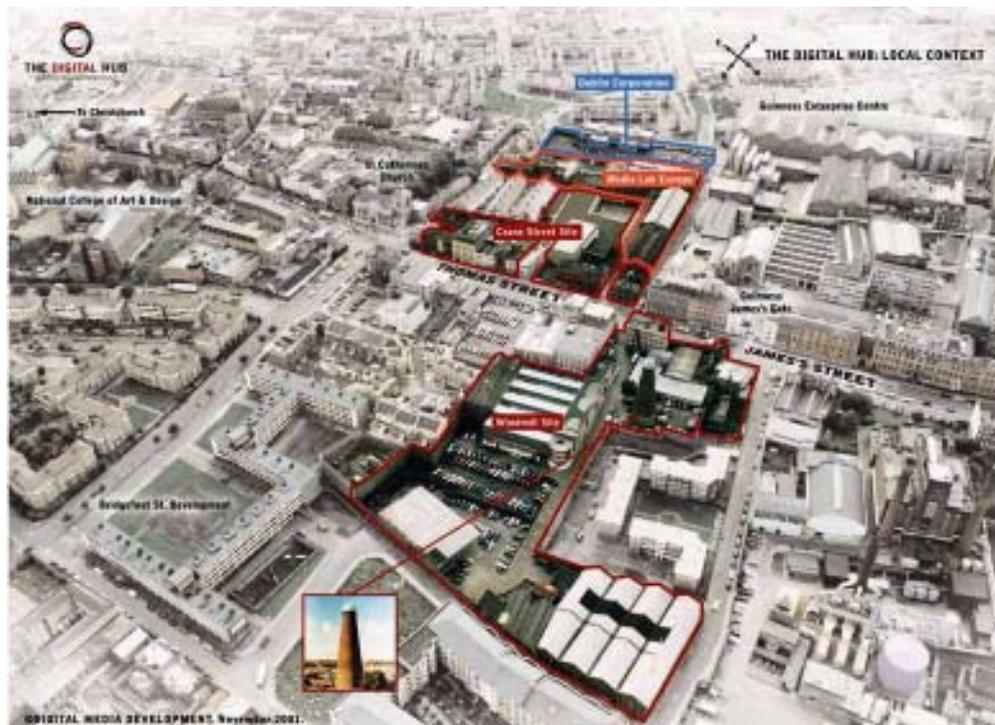
A criação do Conselho Económico e Social de Ovar reveste-se, assim, da maior importância, e por vários motivos:

§ Porque é importante promover uma dinâmica de planeamento estratégico do concelho de Ovar, através de opções estratégicas de desenvolvimento definidas pelos competentes órgãos do município;

§ Porque a estratégia do Município de Ovar em matéria de emprego, crescimento económico e inovação tecnológica deverá passar pela consolidação de projectos inovadores tendentes à dinamização do tecido empresarial e, consequentemente, à criação de riqueza e emprego;

§ Porque é fundamental o envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento desta estratégia de intervenção que passa, necessariamente, pela participação alargada de vários agentes internos e externos à própria autarquia, de acordo com um modelo de responsabilidade partilhada e de envolvimento participado e activo dos principais agentes do Concelho;

§ E porque urge a necessidade de criação de um órgão de consulta no domínio das políticas económica e social, como espaço de diálogo onde se promova a participação dos agentes económicos e sociais no processo de tomada de decisões do Município. - 4 de Janeiro de 2008, a Comissão



Política do PSD de Ovar

Análise do Grupo do PSD na Assembleia Municipal às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008

No fim de Dezembro, a Assembleia Municipal da Câmara ouviu a análise do Grupo PSD, às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, na palavra do Deputado Municipal António Manuel Silva Costa, do seguinte teor:

Permitam que comece a análise do Grupo do PSD, às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano Económico de 2008 da Câmara Municipal de Ovar e SMAS de Ovar, com a citação de uma frase do Sr. Presidente da Câmara Municipal, em declarações ao Jornal de Ovar, de 23 de Março de 2006, relativamente ao Orçamento para 2006:

“... mas é óbvio, e eu sou o primeiro a reconhecer que o orçamento ainda está ligeiramente empolado. Reconheço que, neste momento, o grande esforço terá de ser no sentido de aproximar o próprio orçamento da realidade.”

E começamos a intervenção com esta citação porquê? Obviamente, que começamos por aqui, porque a frase do

Sr Presidente é perfeitamente actual.

Os documentos apresentados a esta Assembleia para aprovação, ao abrigo da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, estão inquinados dos mesmos pressupostos ilusórios e irrealis dos anteriores. Continuamos, como diz a sabedoria popular, “a chover no molhado” e, ano após ano, temos que nos referir aos mesmos aspectos quando analisamos estes documentos.

O empolamento do Orçamento continua a existir e a aproximação do Orçamento à realidade é pura ilusão!

O valor proposto do Orçamento para 2008 é de 44.224.495,00, Euros, o que representa um crescimento de 5% em relação ao ano transacto. Se no ano passado, dizíamos que o valor estava empolado, perante esta realidade de crescimento e por uma questão de coerência, não podemos mudar o discurso!

Desagregando o valor apresentado, temos que, em termos de Receitas Correntes, o valor orçado é de 26.694.332,00, Euros, representando um aumento de cerca de 2,5%. As Receitas de Capital, orçadas em E 17.530.163,00, crescem 9,16%. Já as Despesas Correntes, orçadas em E 22.423.495,00, crescem apenas 0,6%,

enquanto as Despesas de Capital, com o valor orçado de E 21.801.000,00, apresentam um crescimento do 10% em relação ao ano anterior.

Se falarmos em termos de Grandes Opções do Plano, temos um valor previsto para 2008 de E 30.219.000,00, o que representa um crescimento de 9,33% em relação ao ano anterior.

Mas, naturalmente, estes valores são apenas previsões, porquanto se enquadram num documento, que reflectindo a estratégia e as prioridades do Executivo para o Município, não passa de um desfiar de argumentos irrealistas. Se não vejamos, a partir dos dados constantes da Informação Municipal nº 5, e relativos a Novembro de 2007, a realidade dos números:

- Receitas Correntes Cobradas - E 20.696.006,85 (79% do valor orçado)
- Receitas de Capital Cobradas - E 3.687.821,69 (23% do valor orçado)
- Receitas Totais - E 26.439.611,82 (60% do valor orçado)
- Despesas Correntes Facturadas - E 17.865.896,80 (79% do valor orçado, tendo 69% do valor orçado sido efectivamente pago)
- Despesas de Capital Facturadas - E 7.011.393,97 (33% do valor orçado, tendo 29% do valor orçado sido efectivamente pago)
- Despesas Totais Facturadas - E



24.877.290,77 (56% do valor orçado, tendo 49% do valor orçado sido efectivamente pago)

Realização Financeira das GOP's - E 12.407.816,39 (41% do valor orçado)

Perante estes números, que sofrerão, naturalmente, algum ajustamento e correcção nas contas finais do ano, não percebemos a razão para continuarem a ser apresentados valores tão desfasados da realidade.

Deixamos como exemplo, o valor orçado para a Venda de Terrenos, que ascende a E 6.777.605,00, valor que sofre um incremento de 14,54% relativamente ao ano anterior, resultante não só do aumento de área disponível de 157 287m2 para 171 366 m2, mas também do aumento de preço do m2 de E 36,72 para € 39,55 e que, socorrendo-nos novamente dos dados constantes na Informação Municipal nº5, até Novembro de 2007 apenas tinham rendido ao Município 8% do valor orçado para 2007.

Será que a apresentação continua deste cenário ilusório, é para que o Executivo possa não permitir que a Assembleia exerça a sua competência expressa na alínea c), do número 1, do artigo 53º da Lei 169/99, que diz "Acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara e dos serviços municipalizados"? Deixamos a questão e que lhe responda quem souber...

Por outro lado, uma análise mais atenta à lista das obras elencadas em termos de GOP's, revela uma realidade já conhecida, porquanto não passa de uma repetição de projectos já existentes, sendo que algumas verbas de obras já listadas anteriormente, são reforçadas significativamente, nomeadamente a construção dos Centros Educativos classificados como urgentes na Carta Educativa e o Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda.

Relativamente a obras novas, destaca-se a inclusão de várias intervenções na Rede Viária (e como são necessárias por todo o Concelho!) e a remodelação do Mercado de Ovar, pelas razões que todos conhecemos.

Muito pouco para um Concelho tão necessitado!

Em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2008, e para não nos alongarmos muito, queremos apenas referir que os

documentos apresentados revelam falta de estratégia, visão e ambição.

Falta de estratégia pois não é apresentado qualquer plano de aproveitamento das oportunidades de financiamentos comunitários provenientes do QREN 2007-2013, que disponibiliza muitos milhões de euros para o sector do abastecimento de água e saneamento.

Falta de visão já que, tendo em vista os objectivos assumidos por Portugal, junto da União Europeia, no âmbito do PEASAR II, em termos de cobertura de área e serviço de população, num concelho em que metade das suas freguesias não dispõem de saneamento, nada é feito para aproveitar as oportunidades existentes para colmatar esta enorme lacuna do Concelho de Ovar.

Falta de ambição porque, perante a enunciada falha em termos de qualidade de vida da população do nosso município, o que está previsto gastar no sector do saneamento é manifestamente pouco. - **António Manuel Silva Costa**

A Declaração de Voto decorrente da análise social-democrata

Votámos contra a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Ovar para 2008, por entendermos que este instrumento principal da Gestão Municipal não reflecte, na sua globalidade, o rigor necessário à Administração da causa pública, conduzindo ainda à falta de capacidade de fiscalização da Assembleia Municipal, já que o empolamento do Orçamento tudo permite.

Nestas circunstâncias, quer o Orçamento quer as GOP não são, nem podem ser, instrumentos de gestão e de perspectivação do desenvolvimento concelhio pois não traduzem a realidade do Município e assentam numa plataforma ilusória.

Votámos contra a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS de Ovar para 2008, em virtude entendermos que os documentos apresentados não demonstram a ambição necessária para colmatar lacunas importantes do Município, tendo em conta as oportunidades existentes. - **O Grupo Municipal do PSD**

Notícias de Viseu

Ministério da Saúde acusado de não garantir condições de fecho de Centros de Saúde



Deputados do PSD e do CDS-PP eleitos por Viseu acusaram o ministro da Saúde de ter encerrado os centros de saúde de S. Pedro do Sul e Vouzela «às escondidas», pela calada da noite, durante a noite antes de garantir as condições prometidas para a substituição destes centros.

Desde as 00:00 de quarta-feira, os centros de saúde de S. Pedro do Sul e de Vouzela estão encerrados durante a noite, funcionando todos os dias entre as 08:00 e as 24:00.

Apesar de admitirem a necessidade de avançar com uma reestruturação dos serviços de saúde, os deputados Carlos Miranda (PSD)

e Hélder Amaral (CDS/PP) consideram que o ministro Correia de Campos não pode esquecer as necessidades das populações da região de Lafões (concelhos de Vouzela, S. Pedro do Sul e Oliveira da Frades), que passam a ser transportadas directamente para o Hospital de S. Teotónio, em Viseu, durante aquele período nocturno.

"O ministro comprometeu-se na Assembleia da República a não fechar nada enquanto não houvesse alternativas. Mas não estão criadas as alternativas indispensáveis que o habilitassem politicamente a determinar o encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP)", disse à Agência Lusa Carlos Miranda, frisando que "o socorro pré-hospitalar não está garantido nestes concelhos".

O deputado social-democrata, que integra a comissão parlamentar da Saúde, considera que a existência de uma Unidade de Saúde Familiar (USF) em S. Pedro do Sul "não chega", ainda que admita que estas unidades "poderiam vir a ajudar a reorganizar os serviços".

Na sua opinião, na região de Lafões "teria de haver duas ou três USF, que se articulariam para garantir a prevenção nocturna".

"A USF que existe não é suficiente, nem tem contratualizada a prevenção nocturna", lamentou.

Por outro lado, Carlos Miranda considera que "o transporte hospitalar é altamente deficitário nesta zona", onde, das 38 ambulâncias existentes no total dos três concelhos, apenas uma tem equipa do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

O deputado lembra que na região passa a auto-estrada A25, existe uma grande zona industrial em Oliveira de Frades e o complexo termal de S. Pedro do Sul.

Como, por outro lado, "a população não está familiarizada com o 'call center' Saúde 24" e não existem "convenções com a medicina privada ou médicos que possam estar de prevenção durante a noite", entende que "não há qualquer razão, a não ser o dinheiro, para fechar os SAP".

Também o deputado Hélder Amaral lamentou à Lusa a forma como tem estado a decorrer a reforma dos serviços de saúde no distrito de Viseu, de onde o ministro é natural.

Afirmou que a região de Lafões "é das mais pobres do distrito, com gente muito carenciada e idosa", e onde há muitas aldeias distantes mesmo das sedes de concelho.

Neste âmbito, lamentou que os deputados socialistas eleitos por Viseu não tenham tido "a coragem e a lucidez de explicar isso ao ministro", defendendo, nomeadamente, que pelo menos um dos três centros de saúde [Vouzela, S. Pedro do Sul e Oliveira de Frades] ficasse aberto durante a noite.

"O senhor ministro sempre disse que ia ter em conta algumas condições, nomeadamente a geográfica. Neste caso, era razoável que houvesse pelo menos um SAP aberto, o que tivesse melhores condições. Sempre seria mais fácil ir de Vouzela a S. Pedro do Sul do que para Viseu, por exemplo", acrescentou.

As promessas do PS voltaram a ser reiteradas – pelos vistos ficaram nas promessas... - na quinta-feira, a Federação de Viseu do PS, presidida pelo deputado José Junqueiro, garantiu que as populações dos concelhos de Lafões passarão a ter "mais consultas e melhor assistência" no âmbito desta reorganização e assegurou que "o PS, através dos seus deputados, será sempre o primeiro a exigir a rectificação deste novo modelo se, eventualmente, se constatar que, na prática, possa prejudicar a assistência e cuidado que são devidos a todas as pessoas".

Pelos vistos, ficoutudo... nas promessas! – CPD/PSD-Viseu

Presidente da Distrital acusa Governo de “arruinar” o sector empresarial das pequenas e médias empresas

O presidente da Distrital do PSD/Porto, Marco António Costa, acusou o Governo de estar a “arruinar” o sector empresarial das pequenas e médias empresas, em particular na região Norte e no distrito do Porto.

“O elevado número de falências revela bem que 2007 foi o ano em que faliram mais empresas na última década (mais 82,7 por cento em relação a 2006), mas essa percentagem sobe no distrito do Porto para 120 por cento de falências em relação a 2006”, sublinha, em comunicado, Marco António Costa.

Por essa razão, acrescenta, a Distrital do PSD/Porto decidiu solicitar uma audiência à AEP, com o objectivo de ouvir esta instituição ao mesmo tempo que irá propor na



Assembleia da República, através dos seus deputados, iniciativas de apoio ao tecido empresarial.

O PSD/Porto irá também realizar um encontro internacional de quadros

sindicais do Partido Popular Europeu (PPE), no segundo trimestre deste ano, e que terá como primeiro objectivo realizar um estudo comparativo sobre as dificuldades específicas dos segundos distritos da cada país da UE quanto ao emprego, assim como quais as estratégias seguidas para ultrapassar os problemas de desemprego.

“A região Norte do país, e o distrito do Porto em particular, está a sofrer com as medidas desastrosas impostas pelo executivo de Sócrates”, afirma o dirigente partidário.

Segundo Marco António Costa, “o Governo do PS tem sido, de facto, ruinoso e responsável por uma política insensível às preocupações e problemas que afectam esta região”.

“Prova desta situação é que metade

dos despedimentos colectivos nos nove primeiros meses de 2007 foram movidos por empresas do Norte do País”, acrescenta.

Citando o boletim estatístico do Ministério do Trabalho, Marco António Costa refere que “57 empresas sedeadas nesta região concluíram despedimentos colectivos, o que representou 48 por cento do universo total de empresas”.

O presidente da Distrital do PSD/Porto considera ainda que o Governo tem tido “uma atitude de falta de consideração pelas populações do distrito do Porto, como provam os baixos valores inseridos no último PIDDAC e os elevados números de desemprego.

– Fonte: Lusa

Notícias dos Açores

Compromisso do governo socialista para consulado das Bermudas, sem “efeito prático”

O PSD/Açores considerou que o compromisso do presidente do governo regional de “colaborar na resolução definitiva” do “problema” do funcionamento regular do consulado de Portugal nas Bermudas, assumido em Março, “não surtiu qualquer efeito prático até agora”.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Pedro Costa referiu que os cerca de onze mil portugueses residentes nas Bermudas são açorianos e “sentem-se há muito abandonados, porquanto continua por resolver o problema do funcionamento regular do consulado, apesar de todas as garantias dadas pelo presidente do governo regional”.

A propósito do facto do consulado se encontrar encerrado, o parlamentar do PSD/Açores recordou que os social-democratas “têm vindo a alertar, desde 2001” para o problema.

“O consulado de Portugal em Hamilton ficou sem titular, funcionando de forma intermitente com um funcionário destacado. Contudo, foi em Outubro que o último funcionário passou pelas Bermudas,

permanecendo desde então com as portas fechadas”, salientou.

Devido ao funcionamento “intermitente” do consulado, que provoca “grandes transtornos e uma enorme preocupação aos emigrantes”, António Pedro Costa pretende saber quando é que aquela estrutura consular vai funcionar de forma “regular” e que “colaboração” o governo regional tem dado ao funcionamento do consulado.

O requerimento do deputado António Pedro Costa tem o seguinte texto:

Funcionamento do Consulado das Bermudas

Os cerca de onze mil portugueses residentes nas Bermudas são açorianos e sentem-se há muito abandonados, porquanto continua por resolver o problema do funcionamento regular do Consulado, apesar de todas as garantias dadas pelo Presidente do Governo Regional.

Para obviar a indignação e o desespero daqueles emigrantes que pretendem passar o Natal com a



família, mas que precisam de renovar os passaportes caducados e não conseguem sequer deslocar-se ao consulado de Boston, nos Estados Unidos, um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros acaba de seguir para as Bermudas, a fim de ultrapassar a situação.

Como, por diversas vezes, o Grupo Parlamentar do PSD tem vindo a alertar, desde 2001, o Consulado de Portugal em Hamilton ficou sem

titular, funcionando de forma intermitente com um funcionário destacado. Contudo, o último funcionário que passou pelas Bermudas foi em Outubro, permanecendo desde então com as portas fechadas.

O Presidente do Governo Regional, em Março passado, comprometeu-se que iria colaborar na resolução definitiva deste caso, não tendo a promessa surtido nenhum



efeito prático até agora.

Dado que o funcionamento intermitente do Consulado de Hamilton provoca grandes transtornos e uma enorme preocupação para os nossos emigrantes, volto a solicitar ao Governo Regional, ao abrigo das normas regimentais os seguintes esclarecimentos:

1. Para quando o funcionamento regular do Consulado das Bermudas?

2. Qual a colaboração que o Governo Regional tem dado ao funcionamento daquele Consulado?



“Incoerências” no empreendimento de Vale de Linhares

Os deputados do PSD eleitos pela Terceira insurgiram-se contra as incoerências no processo no empreendimento de Habitação a custos controlados de Vale de Linhares, no concelho de Angra do Heroísmo, nomeadamente e “a falta de informação e os aumentos de preço” verificados, sabendo-se ainda que “os apartamentos em causa nunca foram entregues, apesar de concluídos desde Julho”.

Num requerimento enviado à assembleia açoriana, Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura recordam todo o processo, “iniciado em 2005 com a propaganda do costume aos milhões do apoio governamental e transmitindo a possibilidade de muitas famílias terem acesso à habitação a preços mais baixos”, referem. Na altura, foram anunciados valores máximos de venda “entre 59.220 e 97.861 euros, de acordo com a tipologia respectiva entre os T2 e os T4”.

Em Julho de 2006, “depois de escolhidas as candidaturas das famílias e assinados os contratos-promessa de compra e venda” foi visível o interesse dos particulares perante “as condições propostas, designadamente o prazo de entrega e o preço final de cada apartamento”, exactamente as duas que “não foram cumpridas”, declaram os parlamentares.

De facto os compradores não receberam as casas no prazo de 60 dias, “após o prédio se encontrar apto para ser alienado”, mesmo sabendo-se que

o mesmo “está concluído desde Julho”, ou seja cerca de seis meses com os inerentes encargos e incómodos, “como o pagamento de renda da casa onde, entretanto, tiveram de residir”.

Os valores máximos de venda anunciados em 2005, “e que constavam dos contratos de 2006”, passaram, em 2007, a situar-se entre “os 65.338 e os 107.972 euros”, acrescentam. Ou seja houve um aumento real “de cerca de 10%”, revela o texto dos social-democratas, que consideram “estranho e lesivo um aumento daquela dimensão em apenas um ano”, pois alguns dos particulares em causa podem agora ter “dificuldades para assegurar o crédito, dados os valores superiores aos perspectivados”.

Considerando a intervenção do Governo Regional na fase dos anúncios e presumivelmente na fotografia da entrega das respectivas chaves”, dizem os deputados do PSD, torna-se “imperioso” que seja assumida “uma posição clara”, nomeadamente sobre se as pessoas foram informadas “de que os aumentos poderiam ser tão elevados”, bem como conhecer as causas para os apartamentos ainda não terem sido entregues “apesar de concluídos desde Julho”.

Assembleia Municipal de Praia da Vitória não tem “tempo para os cidadãos”

Os deputados municipais do PSD eleitos pela Praia da Vitória apresentam na próxima reunião da Assembleia Municipal, uma proposta de alteração, a título excepcional, do regimento subjacente ao funcionamento daquele órgão. Para os sociais-democratas é necessário “o regresso à normalidade da Assembleia Municipal da Praia da Vitória”, no intuito de se recuperar a imagem “de dignidade e de confiança” daquele órgão autárquico.

Assim a opção encontrada prende-se com alterar o denominado “Período de Antes da Ordem do Dia”, sem dúvida um dos momentos “mais importantes na vida da Assembleia Municipal”, cujas sessões, durante o último ano, têm sido caracterizadas pelas “longas leituras de actas das reuniões anteriores”, sublinham. “Essas leituras”, acrescentam, “têm preenchido o referido período, fazendo com que não se levantem e discutam os assuntos que dizem respeito à vida do Município”.

Considerando que é aquela a altura em que “todo e qualquer membro da Assembleia Municipal pode apresentar os problemas que entender”, os deputados laranja propõem, “como opção”, que cada sessão dos órgãos autárquicos inclua um período, “com a duração máxima de sessenta minutos”, para tratamento de “assuntos gerais de interesse para a autarquia”.

Para o PSD torna-se “urgente e

fundamental” que haja tempo suficiente para a “apresentação e discussão de assuntos de interesse da autarquia por iniciativa dos representantes dos munícipes”, pois essa é uma realidade “afastada há algum tempo daquela Assembleia” e que tem de ser “reposta”.

A Proposta de Alteração

Durante o último ano, as reuniões da Assembleia Municipal da Praia da Vitória têm sido caracterizadas pelos longos períodos destinados à leitura da acta da sessão anterior. Esta leitura, embora prevista no Regimento, faz com que o “Período de Antes da Ordem do Dia” seja praticamente todo preenchido com este procedimento administrativo fazendo com que não seja possível levantarem-se e discutirem-se os assuntos que dizem respeito à vida do Município.

O “Período de Antes da Ordem do Dia” é um dos momentos mais importantes na vida da Assembleia Municipal. É durante este período que todo e qualquer membro da Assembleia Municipal pode apresentar os problemas que entender seguindo a agenda dos cidadãos que representa e em que depositaram a sua confiança.

Nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, entende-se por Período de Antes da Ordem do Dia:

Artigo 86.º

Período de antes da ordem do dia

Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.

Neste sentido,

Considerando a necessidade de regresso à normalidade da Assembleia Municipal da Praia da Vitória;

Considerando a necessidade de se recuperar a imagem de dignidade e de confiança deste órgão autárquico;

Considerando que é fundamental a existência de um período para apresentação e discussão de assuntos de interesse da autarquia por iniciativa dos representantes dos munícipes;

Considerando que o art.º 86.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, diz expressamente que este é um período “para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia”;

Nos termos do n.º 1 do art.º 63.º do Regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, os membros eleitos pelo PSD com assento na Assembleia Municipal, abaixo assinados, propõem que se proceda, a título excepcional, à alteração da actual redacção do art.º 33.º do Regimento para a seguinte:

Artigo 33.º

(Período de antes da ordem do dia)

1- A reunião da Assembleia Municipal, após a chamada e a verificação do quórum, inicia-se com os seguintes procedimentos:

a) Leitura da acta da sessão anterior, apresentação pelos membros de qualquer reclamação sobre omissões ou inexactidões e sua aprovação;

b) Leitura resumida, pela Mesa, do expediente e de todos os períodos de informação ou esclarecimento e respectivas respostas que tenham sido formuladas através da Assembleia;

2- Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos há um período, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia, designadamente:

a. Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, informação essa que deve ser enviada com a antecedência mínima de três dias, reportada à data de sessão, ao Presidente da Mesa da Assembleia, para conhecimento dos membros;

b. Interpelação mediante perguntas à Câmara sobre assuntos da respectiva administração;

c. Deliberação sobre propostas, moções, votos de louvor, congratulação, protesto e pesar que sejam apresentados pela Mesa ou por qualquer outro membro da Assembleia;

d. Apreciação de assuntos de interesse geral;

e. Votação de recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer membro ou solicitados pela Câmara.

3- Este período poderá ser prolongado por mais uma hora, por deliberação da Assembleia, a requerimento de um dos seus membros.

Os deputados querem ainda saber se o Governo Regional vai promover a resolução dos contratos em referência “sem qualquer encargo ou penalização para os particulares”, isto no caso de a dimensão dos aumentos de preço vier a motivar “tais vontades, como é bem provável”, concluem.



Actividades da estrutura Regional, de Junho 2006 a Dezembro 2007

- Em Ponta Delgada, a JSD/Açores e JSD/Madeira estiveram reunidas na III Cimeira da Autonomia, onde analisaram e debateram as questões que preocupam a Juventude Portuguesa e em particular os Jovens das Regiões Autónomas;

- A JSD/Açores empenhada que está na projecção do futuro desta Região, aceitou e reforçou a ideia da criação de um pacto geracional com outras organizações políticas juvenis;

- Participámos na Universidade de Verão, reforçando cada vez mais as nossas ligações com a JSD Nacional;

- Criámos a nova imagem da JSD/Açores e a nova imagem para nosso Site, permanente actualizado com notícias da nossa estrutura. Articulámos esforços com o Gabinete de Imprensa do PSD/Açores, do qual tem resultado um excelente trabalho, a fim de promovermos tudo o que se faz dentro da JSD, projectando-a e dando a conhecer ao exterior a sua actividade;

- Demonstrámos uma atenção especial às nossas estruturas de ilha e concelhias, para que a nossa acção política seja efectuada junto da Juventude da nossa terra. Elegemos/fizemos renascer as nossas comissões políticas concelhias e de ilha em todas as ilhas dos Açores. Os Jovens de São Miguel, Santa Maria, Flores, Corvo, Graciosa, Terceira, Pico, Faial e São Jorge têm agora representações da JSD quer a nível concelhio, quer a nível ilha. De realçar que esta estrutura partidária de juventude é a única dos Açores que está organizada nas nove ilhas. A JSD/Açores completou assim o trabalho de organização das estruturas de Ilha e de Concelho que tem vindo a desempenhar ao longo deste mandato. A JSD/Açores está, por isso, viva, unida e dinâmica e pretende, com responsabilidade e conhecimento da realidade, dar o seu contributo para o futuro do PSD e por isso, para o futuro dos Açores;

- No início do ano lectivo (2007/2008) fizemos chegar às nossas estruturas locais horários escolares da JSD/Açores para assim darmos as boas-vindas aos estudantes açorianos. Estes horários apelavam também ao recenseamento eleitoral e foram distribuídos na grande maioria das escolas dos açores;

- Iniciámos uma campanha de Recenseamento Eleitoral junto dos nossos jovens;

- Mostrámos grande atenção aos problemas e às grandes preocupações da Juventude de todas as ilhas dos Açores, estando presente em importantes momentos promovidos pela JSD e por outras organizações juvenis, que não partidárias;

- Participámos nos grandes momentos de decisão do PSD/Açores, marcando presença assídua nas reuniões com dirigentes e deputados do PSD, bem como autarcas e estruturas de ilha e regionais do partido. No contexto interno, temos participado, na medida do

possível, nos momentos da estrutura nacional da JSD, com destaque para a nossa presença no congresso nacional com uma das comitivas maiores de sempre;

- A JSD/Açores promoveu reuniões de trabalho com associações de juventude, grupos informais de jovens e participou nas suas actividades, mostrando que está ao lado da juventude. De realçar que realizámos uma reunião com a Direcção da Federação Regional de Estudantes dos Açores e com diversas Associações de Estudantes;

- Criámos uma Comissão Permanente da JSD/Açores e reorganizámos os Gabinetes da JSD/Açores;

- As Comissões Políticas da Juventude Social Democrata das ilhas do Faial, Pico e São Jorge formaram a JSD/Triângulo. Os jovens sociais democratas destas três ilhas dos Açores pretendem, com a criação desta estrutura de intervenção da JSD, dar um passo significativo para a afirmação do Triângulo como uma realidade inextricável no contexto da JSD, assim como no contexto Açoriano;

- A JSD/Açores, com as suas estruturas de Ilha e Concelhias, esteve e está a analisar o tema – fixação dos Jovens Açorianos, permitindo combater a desertificação. Neste sentido, temos promovido reuniões e encontros, a fim de apresentarmos soluções claras e concretas, ouvindo a juventude e sentindo os seus problemas;

- A JSD/Açores lançou o Manual das Associações de Estudantes, um manual alusivo à constituição de uma associação de estudantes no ensino secundário, em que são explicados todos os passos necessários para a criação e bom funcionamento de uma associação deste tipo. O manual foi distribuído em todas as escolas secundárias e profissionais dos Açores;

- A JSD/Açores assinalou o Dia Mundial da Criança com a entrega de balões e chapéus a 40 crianças da creche e jardim de infância “Bê-a-Bá”, em Ponta Delgada;

- Criámos uma Newsletter da JSD/Açores (inserida na nova estratégia de comunicação), que enviamos regularmente;

- A JSD/Açores reuniu os seus militantes do Faial, Pico e São Jorge, numa iniciativa inédita intitulada “Festival Energético”, numa organização da JSD/Triângulo;

- A JSD/Açores assinalou o 33.º aniversário, promovendo um jantar com militantes da ilha de São Jorge;

- A Toxicod dependência tem merecido uma grande atenção por parte da JSD. Neste âmbito, visitámos a cadeia de Ponta Delgada, e esta visita insere-se num conjunto de visitas que a JSD/Açores pretende fazer até ao final do ano, com o objectivo de se inteirar da real dimensão do problema da delinquência

juvenil, nos Açores, bem como das toxicod dependências. Ainda neste contexto, a JSD/Açores defendeu a realização de um estudo dirigido às populações juvenis e aos meios escolares da Região sobre o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, considerando-o como um passo importante e um alerta para o real conhecimento da dimensão do problema entre nós;

- A JSD/Açores marcou o seu espaço na comunicação social do arquipélago com entrevistas, declarações, artigos de opinião e conferências de imprensa. Em forma de comunicados/notas à comunicação social, debruçamo-nos sobre:

Lei de Finanças Locais;

Lei de Finanças Regionais;
Nova lei eleitoral;
Aborto. Lançamos uma campanha informativa em todas as ilhas dos Açores;
Educação;
Acessibilidades;
Transporte Aéreo;
Transporte Marítimo de Passageiros;
Fixação de jovens/desertificação;
Os aposentados na Função Pública;
Turismo;
Vida dos Estudantes Açorianos;
Europa;
Arrendamento Jovem nos Açores;
Universidade dos Açores;
Associativismo Juvenil;

- Fonte: CPR/JSD/PSD-Açores



JSD de Vila Franca do Campo alerta para a insegurança e cria “ outdoor”

A Juventude Social-Democrata associou-se à “crescente” preocupação com o clima de insegurança sentido pela população de Vila Franca do Campo nos últimos tempos, tornando público um “outdoor” para “consciencializar os vilafranquenses e as autoridades competentes”. Segundo uma nota de imprensa dos jovens laranja o concelho está sob “um clima de assaltos e cada vez mais a população se sente insegura, inclusive em suas casas”.

“O que muita gente pensava ser típico apenas de grandes cidades acontece aqui”, refere a JSD de Vila Franca, exemplificando com “idosos que ficam sem as suas pensões de reforma à saída dos CTT, superfícies comerciais assaltadas, farmácias, quiosques, ourivesarias, postos de abastecimento de combustível, nada escapa às mãos dos assaltantes”, referem.

Assim, a JSD local submeteu a população a um inquérito, entrevistando 150 pessoas (10% da população), perguntando “Sente-se seguro em Vila Franca do Campo?”. O resultado foi claro “com respostas negativas de 111 pessoas”, fazendo muitas delas notar que, por exemplo, a esquadra da polícia de Vila Franca tem cerca de 14 polícias o que significa que “existe um polícia para cada 1000 habitantes”.

JSD associa-se às preocupações da população

A Juventude Social-Democrata associou-se à “crescente” preocupação com o clima de insegurança sentido pela população de Vila Franca do Campo nos últimos tempos, tornando público um “outdoor” para “consciencializar os vilafranquenses e as autoridades competentes”. Segundo uma nota de imprensa dos jovens laranja o concelho está sob “um clima de assaltos e cada vez mais a população se sente insegura, inclusive em suas casas”.

“O que muita gente pensava ser típico apenas de grandes cidades acontece aqui”, refere a JSD de Vila Franca, exemplificando com “idosos que ficam sem as suas pensões de reforma à saída dos CTT, superfícies comerciais assaltadas, farmácias, quiosques, ourivesarias, postos de abastecimento de combustível, nada escapa às mãos dos assaltantes”, referem.

Assim, a JSD local submeteu a população a um inquérito, entrevistando 150 pessoas (10% da população), perguntando “Sente-se seguro em Vila Franca do Campo?”. O resultado foi claro “com respostas negativas de 111 pessoas”, fazendo muitas delas notar que, por exemplo, a esquadra da polícia de Vila Franca tem cerca de 14 polícias o que significa que “existe um polícia para cada 1000 habitantes”. – JSD/VFC



ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alandroal, para reunir no próximo dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 18h00, na Sede Concelhia, sita no Largo da Matriz, 19 em Alandroal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

ALMADA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 28 de Janeiro de 2008, pelas 21h00, na sede concelhia sita na Rua Clube de Campismo Concelho de Almada, n.º 6-A, Cova de Piedade, 2805-120 Almada, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações;
2. Orçamento para 2008;
3. Aprovação das contas de 2007;
4. Análise da situação política;
5. Outros assuntos de interesse partidário.

FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Fornos de Algodres para reunirem no dia 15 de Fevereiro de 2008, pelas 18h00, na sede concelhia, sita na Rua do Espírito Santo, n.º 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

GOIS

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Góis, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 9 de Fevereiro de 2008, pelas 14h00, no Auditório da Adiber, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e aprovação das contas 2007
2. Outros assuntos de interesse para a Secção.

Nota: Nos termos do n.º 2 do artigo 66º dos Estatutos Nacionais, a assembleia reúne meia hora após a hora fixada, com qualquer número de militantes.

GOIS

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Góis, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 9 de Fevereiro de 2008, pelas 16h00, no Auditório da Adiber, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 16h00 e as 18h00.

O prazo de apresentação de candidaturas termina às 24h00 do dia 6 de Fevereiro de 2008, sendo as listas entregues na morada do presidente da assembleia.

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes inscritos na Secção de Lagos, a realizar no próximo dia 16 de Fevereiro de 2008, das 15h00 às 19h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Soeiro da Costa, N.º 48 em Lagos com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: Para a eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção, os militantes candidatar-se-ão através da apresentação das listas, que deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Só poderão votar e ser eleitos os militantes com as quotas em dia, que constem dos cadernos eleitorais.

A sede encontra-se-á aberta no dia 13 de Fevereiro de 2008, para efeitos de recepção de candidaturas entre as 22h30 e as 24h00.

LOURES

Ao abrigo do artigo 50º, n.º 2, alínea d), dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2008 (sábado), pelas 17h00, na sede, sita no Parque Residencial do Almirante, Largo Tristão Vaz Teixeira, n.º 5 C, lote 15, Santa António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação das contas referentes ao ano de 2007;
2. Aprovação do orçamento para o ano 2008.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Lousada, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 18 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), às 21h00, no Edifício Romariz - r/c, sito no Lugar de Romariz, Meinedo - Lousada, com a

Ordem de Trabalhos

1. Análise e votação do Relatório e Contas de 2007;
2. Análise da situação política.

Núcleo S. Domingos de Rana

Ao abrigo do ponto do artigo 59º dos estatutos do PSD, convocamos a Assembleia do Núcleo de S. Domingos de Rana para reunir em sessão ordinária no dia 15 de Fevereiro de 2008 pelas 21,00 horas, na sede de Carcavelos (Rua do Jogo da Bola) com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleições para a Comissão Política do Núcleo.

O acto eleitoral decorrerá na sede de Carcavelos entre as 21:00H e as 23:30H.

Conforme o numero 4 do artigo 4º do regulamento eleitoral do partido, as listas candidatas deverão dar entrada até às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (12-02-2008) na sede de Carcavelos na Rua Jogo da Bola, 1 em Carcavelos.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da PSD de Oliveira de Azeméis para o dia 19 de Janeiro de 2008, pelas 16h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD, com a seguinte:

Ordem de Trabalho

1º Ponto: Análise da situação política

2º Ponto: Discussão e aprovação das contas de 2007

2º Ponto: Apresentação, discussão e aprovação do plano e orçamento para 2008

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Palmela, para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 8 de Fevereiro de 2008 (sexta-feira), a partir das 18h00, na sede concelhia, sita na Rua Hermenegildo Capelo, n.º 141 em Palmela, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas, na sede concelhia acima indicada das 18h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, na própria sede concelhia ou através do fax 21 793 54 05, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PENACOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Secção de Penacova, para reunirem no dia 15 de Fevereiro de 2008, das 18h00 às 22h00, no Edifício Penedo Raso Cheira em Penacova, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

SECÇÃO ORIENTAL

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da secção Oriental de Lisboa, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro (quarta-feira), pelas 21H30, na sede da Secção Oriental, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21 A - Sub/ Cave, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise a aprovação das contas de 2007 do PSD a nível da secção;
2. Análise a aprovação do orçamento de 2008 do PSD a nível da secção;
3. Análise da situação político-partidária

VILA REAL

Nos termos do disposto no artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e do artigo 19º do Regulamento Financeiro aprovado pela CPN de 11.12.2006, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD, sita na RUA da Boavista, 11 - Vila Real, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciar e deliberar sobre as contas da secção relativas ao ano de 2007;
2. Apreciar e deliberar sobre o Orçamento da Secção para o ano de 2008;
3. Análise da situação política nacional e local



BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Braga, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2008, pelas 21h30, nas instalações da Junta de Freguesia de S. Vitor, sita na Rua de São Vitor, n.º 11, às 21h30 com a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações
- Análise da Situação Política Local
- Análise da Situação Política Nacional.

O Presidente da Mesa de Plenário da Secção de Braga
(Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira)

CONSELHO NACIONAL DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o I Conselho Nacional ordinário de 2008 da JSD, a realizar no dia 26 de Janeiro de 2008, Sábado, pelas 15 horas, na Estalagem La Salette (Parque de La Salette) em Oliveira de Azeméis, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Ordem do dia:
 - a) Apresentação e Aprovação do Relatório de Contas de 2007;
 - b) Apresentação e Aprovação do Orçamento para 2008;
 - c) Desemprego Jovem;
- 3 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional da JSD
(Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Conselho Distrital de Setúbal da JSD, a ter lugar no próximo dia 25 de Janeiro de 2008 (6.ª-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD de Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Contas e Actividades de 2007.
- 3 – Apresentação, Discussão e Votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2008;
- 4 – Análise da Situação Política.

A Presidente da Mesa
(Neuza Alves Salgueiro)

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Assembleia Distrital de Lisboa (AM), para reunir extraordinariamente no próximo dia 17 de Janeiro de 2008, pelas 21h30, no Fórum Lisboa, sito na Avenida de Roma, n.º 14, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações do Presidente;
- 2 – Apresentação do Plano de Actividades da CPDL;
- 3 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2008, pelas 21 horas na Sede da Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição do Representante da Distrital de Lisboa no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede Distrital da JSD de Lisboa, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, Lisboa.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Palmela para a Assembleia Eleitoral, a realizar no dia 8 de Fevereiro de 2008 (6.ª feira), pelas 18 horas na Sede de Secção, sita na Rua Hermenegildo Capelo, n.º 114, em Palmela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleições para os órgãos de Secção:

- a) Mesa do Plenário de Secção;
- b) Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Palmela
(João Carlos da Silva Forte)

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis e na ausência de órgãos locais eleitos, convoco o Plenário de Secção da JSD, Concelhia de Vila Franca de Xira, para reunir no próximo dia 8 de Fevereiro de 2008, pelas 21 horas na Sede da Secção, sito na Rua da Praia, 63, Vila Franca de Xira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia de Vila Franca de Xira da JSD;

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede da Secção D, sito Rua da Praia, 63, Vila Franca de Xira.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)



ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/COIMBRA DIA 08.FEVEREIRO.2008

Nos termos do ponto 2 do Art.º 41º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Coimbra, para a Assembleia Distrital dos TSD/Coimbra, que se realiza no dia **08 de Fevereiro**, das **18H30 e as 22H00**, com mesas de voto a funcionar em Coimbra, Figueira da Foz e Penacova, com a seguinte localização:

Coimbra - R. dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23 3030-181 Coimbra

Figueira da Foz - R. da Liberdade, n.º 6 3080-168 Figueira da Foz
Penacova - R. Dr. Álvaro Barbosa Ribeiro, n.º 3 3360-224 São Paio do Mondego

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital Lisboa, 04 Janeiro de 2008
Pel'O Secretariado Nacional Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **31 de Janeiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/Coimbra, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/PORTO DIA 08.FEVEREIRO.2008

Nos termos do ponto 2 do Art.º 41º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD do Porto, para a Assembleia Distrital dos TSD/Porto, que se realiza no dia **08 de Fevereiro**, das **18H30 e as 22H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital do Porto**, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital Lisboa, 04 Janeiro de 2008
Pel'O Secretariado Nacional Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **31 de Janeiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.